

BOA SAFRA SEMENTES S.A.

CNPJ/ME sob o nº 10.807.374/0001-77

Relatório da Administração

Formosa-GO, 24 de março de 2026 - A Boa Safra (B3: SOJA3), anuncia o resultado do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("4T25"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Teleconferência de Resultados 4T25



25 de março de 2025

Quarta-feira
14h00(BRT)
15h00(NYT)



Português

Webcast

[Clique aqui](#)



Inglês

Webcast

[Clique aqui](#)

Boa Safra em Números

Consolidado (R\$ Mil)	4T24	4T25	Δ Var.	2024	2025	Δ Var.
Receita Operacional Líquida	956.998	1.234.979	29%	1.841.052	2.622.416	42%
CMV	(838.665)	(1.172.663)	-40%	(1.599.305)	(2.352.554)	-47%
Lucro Bruto	118.333	62.316	-47%	241.747	269.862	12%
Margem Bruta (%)	12%	5%	-7 p.p.	13%	10%	-3 p.p.
EBITDA	103.158	8.816	-91%	175.777	130.449	-26%
Margem Ebitda (%)	11%	1%	-10 p.p.	10%	5%	-5 p.p.
EBITDA Ajustado	131.377	58.518	-55%	183.298	154.064	-16%
Margem Ebitda Ajustada (%)	14%	5%	-9 p.p.	10%	6%	-4 p.p.
Lucro Líquido	80.263	-8.413	-110%	160.508	101.130	-37%
Margem Líquida	8%	-1%	-9 p.p.	9%	4%	-5 p.p.
Lucro Líquido Ajustado*	60.031	-21.371	-136%	93.460	20.000	-79%
Margem Líquida	6%	-2%	-8 p.p.	5%	1%	-4 p.p.

Nota 1: Novo Ebitda Ajustado descrição do cálculo, seção de Ebitda abaixo no release.
Nota 2: Lucro Líquido Ajustado deduzido a participação de minoritários e o IR de anos anteriores a 2023

Mensagem da Administração

Ciclos, Diversificação e Recorde de Market Share
O ano de 2026 é especial para nós, da Boa Safra, e para todos os nossos acionistas, parceiros, colaboradores e produtores parceiros: em abril, comemoramos cinco anos do nosso IPO. Um movimento não apenas marcante para a empresa, mas para o agronegócio brasileiro. Mesmo diante dos grandes desafios que nosso setor vivencia desde 2024, encerramos 2025 com uma estrutura sólida, portfólio diversificado e presença nacional conquistando 10% de Market Share, com um crescimento histórico de 34% em sementes de soja. Um marco que reforça nosso posicionamento competitivo frente às adversidades do setor.

Ciclos produtivos
Nosso principal ciclo financeiro segue atrelado principalmente ao da soja, que permanece como o eixo central da nossa operação, com produção concentrada na safra 2024/25 e comercialização ao longo de 2025. Paralelamente, a Companhia tem ampliado a composição das receitas por meio da comercialização de outras culturas, o que resultou no fortalecimento das demais linhas de faturamento. O aumento da participação de trigo, milho, sorgo e feijão, juntamente com a expansão de soluções voltadas à agricultura regenerativa, tem contribuído para uma distribuição mais equilibrada das receitas ao longo do ano.

Nesse modelo integrado, a Companhia comercializa as sementes produzidas no ciclo anterior enquanto forma o estoque para o ciclo seguinte. Uma dinâmica que exige planejamento, gestão e atualização contínua do portfólio, assegurando regularidade, qualidade e alinhamento às necessidades do produtor.

Condições Vivenciadas em 2025
Desde 2024, o agronegócio brasileiro atravessa um ambiente mais seletivo, marcado por preços de grãos em patamares mais baixos, maior concorrência, maior restrição de crédito e menores margens para os produtores. Essas condições influenciaram a necessidade de capital de giro e um ambiente mais restritivo para sementes high tech.

Além do cenário geral do setor, algumas regiões de plantio de sementes registraram desafios climáticos, com veranicos antes da colheita que resultaram no descarte de maior de sementes para manutenção do padrão Boa Safra. Este fato reduziu o volume de sementes aptas à comercialização que impactou a alavancagem operacional da Companhia e ajustes na estratégia comercial.

A combinação simultânea entre redução do preço médio, e aumento dos custos operacionais - especialmente frete CIF, e maior seletividade na tomada de decisão do produtor pressionou as margens da Companhia em 2025.

As vendas de Big Bags de soja atingiram 215 mil unidades, crescimento de 34% em relação a 2024. A receita operacional líquida totalizou R\$ 2,6 bilhões, também 42% superior à do ano anterior. Já o lucro bruto alcançou R\$ 270 milhões, aumento de 12%.

Perspectivas para 2026
A Boa Safra inicia 2026 em um ambiente que combina desafios e oportunidades. A oferta de crédito deve permanecer seletiva, favorecendo companhias com estrutura financeira sólida, capacidade de entrega comprovada e credibilidade junto ao produtor e clientes, atributos que temos orgulho de ter e que reforçam nossa posição competitiva.

Nos últimos anos, o contexto de maior competição, exigência técnica e maior demanda de crédito vem redesenando o mercado de sementes. Permanecendo em campo apenas as empresas com a melhor estrutura de capital, operacional, processos e pessoas que se traduz na melhor capacidade de execução. Este cenário destaca as vantagens competitivas da Boa Safra e sua solidez conquistada ao longo dos anos.

Assim, a Companhia inicia 2026 com 280 mil Big Bags de capacidade produtiva, mantendo o foco em qualidade, e otimização da capacidade instalada versus a efetiva conversão em vendas. A diversificação do portfólio com a execução comercial num ambiente menos competitivo, aliado a nossa posição de caixa e liquidez amplia nossas vantagens competitivas para um ciclo mais benigno.

Do lado do produtor, permanece a questão de baixas margens, mas mantém a busca por soluções que garantam maior produtividade e redução de custos de lavoura, especialmente no insumo mais determinante para sua produtividade que é a semente Boa Safra. A Companhia seguirá atuando, então, de forma próxima, oferecendo produtos e serviços que dialogam com as necessidades regionais e com as condições específicas de cada cliente.

Com base operacional sólida, disciplina financeira e foco em eficiência, a Boa Safra entra em 2026 preparada para abraçar as novas oportunidades, consolidando sua presença nas principais regiões produtoras e avançar de forma sustentável. Para seguir nessa caminhada: o Brasil planta com a gente contamos com o apoio e agradecemos a confiança dos nossos acionistas, clientes, colaboradores e produtores.

A Administração

Atenciosamente,

Marino Colpo,

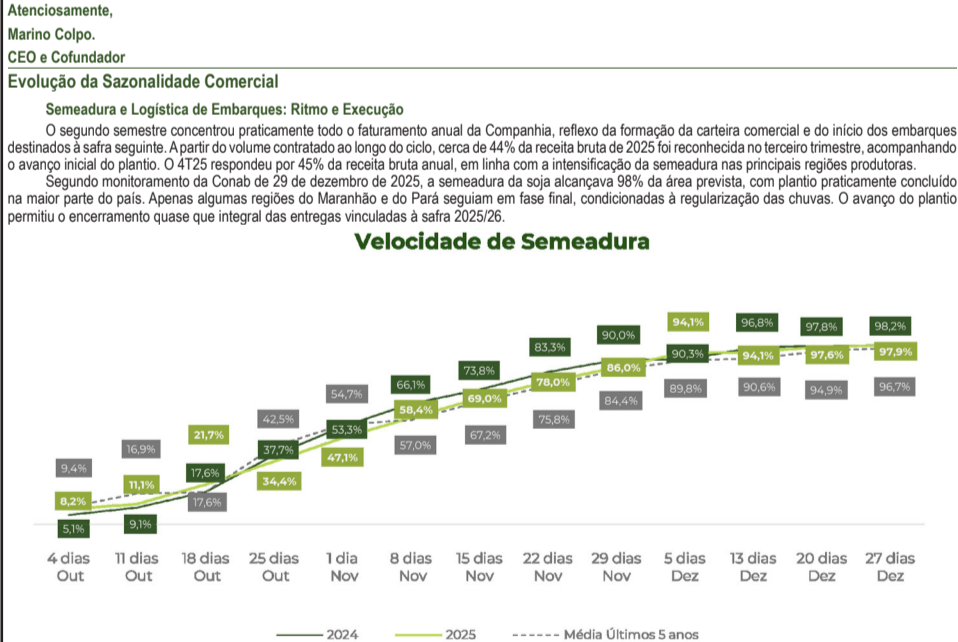
CEO e Cofundador

Evolução da Sazonalidade Comercial

Semeadura e Logística de Embarques: Ritmo e Execução
O segundo semestre concentrou praticamente todo o faturamento anual da Companhia, reflexo da formação da carteira comercial e do início dos embarques destinados à safra seguinte. A partir do volume contratado ao longo do ciclo, cerca de 44% da receita bruta de 2025 foi reconhecida no terceiro trimestre, acompanhando o avanço inicial do plantio. O 4T25 respondeu por 45% da receita bruta anual, em linha com a intensificação da semeadura nas principais regiões produtoras.

Segundo monitoramento da Conab de 29 de dezembro de 2025, a semeadura da soja alcança 98% da área prevista, com plantio praticamente concluído na maior parte do país. Apenas algumas regiões do Maranhão e do Pará seguem em fase final, condicionadas à regularização das chuvas. O avanço do plantio permitiu o encerramento quase que integral das entregas vinculadas à safra 2025/26.

Velocidade de Semeadura



Qualidade e Estratégia Produtiva

Nos últimos anos, a Boa Safra ampliou sua capacidade produtiva, avançando de aproximadamente 200 mil Big Bags em 2023 para 240 mil em 2024 e alcançando 280 mil em 2025 e mesmo nível para atender à demanda prevista para 2026. Esse avanço, acima do crescimento do mercado, consolidou o Market Share da Companhia nas principais regiões produtoras.



Com a produção já operando nesse novo patamar, o ciclo de 2025 apresentou um desafio específico: após o beneficiamento, armazenamento e análises finais, parte dos lotes apresentou queda nos padrões de qualidade da Boa Safra e, o que reduziu a conversão de vendas em relação ao planejado. Ainda assim, a Companhia manteve sua política de comercialização restrita às sementes que atendem integralmente aos requisitos técnicos, preservando sua consistência histórica de qualidade. Desde 2021, a Boa Safra registra média de 94% de germinação, índice que continuou sendo sustentado em 2025. Mesmo com a menor conversão, as vendas cresceram mais de 54 mil Big Bags um recorde, em relação ao ano anterior, equivalente a um aumento de cerca de 33%, representando o maior crescimento anual da história da Companhia.

Para 2026, o foco recai sobre ampliar a conversão dos hectares contratados em sementes comercializadas, com maior regularidade no beneficiamento e estabilidade operacional dentro de um padrão elevado de entrega. A seleção das cultivares continuará sendo essencial, com aprimoramento da organização e distribuição dos materiais genéticos, de modo a oferecer alternativas mais alinhadas ao perfil produtivo de cada região e ao potencial agrônomo dos ambientes onde serão plantadas.

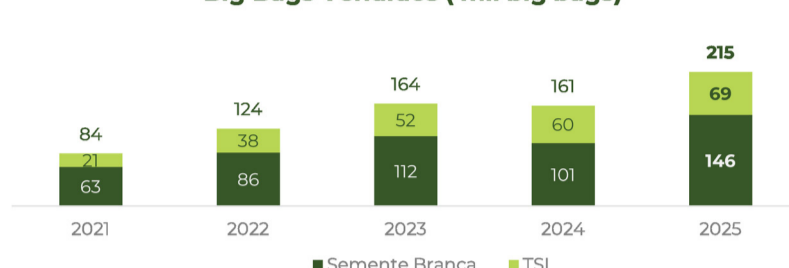
O Tratamento de Sementes Industrial evoluiu no mesmo sentido, com combinações técnicas ajustadas às necessidades regionais e direcionadas a mercados com maior nível de adoção. O conjunto formado por um portfólio mais direcionado e por soluções configuradas conforme as particularidades de cada localidade reforça a estratégia da Companhia de atuar com simplicidade, eficiência e foco na entrega de sementes de alta qualidade.

Nesse contexto a Companhia revisou seu portfólio de oferta de TSI e promoveu uma otimização estratégica. Com um portfólio mais reduzido, priorizando formulações com maior demanda dos clientes e alinhando portfólio ao valor percebido em cada região. Essa reorganização otimiza nosso portfólio, aumenta eficiência operacional e permite um maior potencial de captura de valor dentro do novo portfólio.

Otimização do Portfólio de Tratamentos de Sementes

Em paralelo a essa revisão, o volume de Big Bags tratados continuou avançando, passando de 60 mil unidades em 2024 para 69 mil em 2025. Esse crescimento demonstra que, mesmo em um contexto de margens mais pressionadas, no qual parte dos produtores optou por pacotes mais simples, a percepção de valor agregado do tratamento industrial permanece elevada.

Big Bags Vendidos (mil big bags)



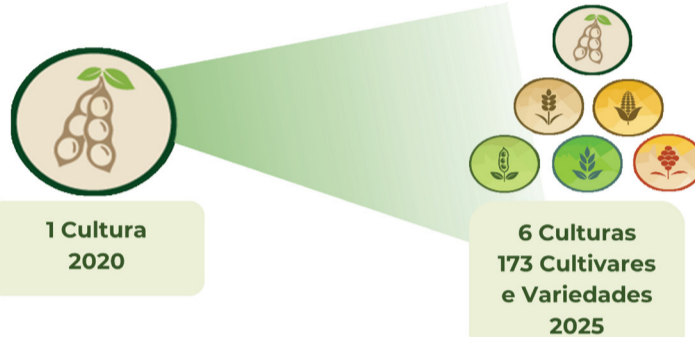
A Companhia observa que um portfólio de TSI mais direcionado contribui para um processo comercial mais eficiente, melhora a precisão técnica e reduz a complexidade operacional. Esse alinhamento também reduz a tendência de formação de estoques de Big Bags tratados, movimento já percebido em 2025, à medida que a oferta mais ajustada à demanda diminui a necessidade de múltiplas formulações e aumenta a assertividade do planejamento produtivo.

Evolução de Portfólio Boa Safra

A diversificação de culturas e reforçou sua atuação em milho, sorgo, trigo e sementes voltadas à agricultura regenerativa. A ampliação das fontes de receita e sustenta o modelo one stop shop em sementes. O aumento do portfólio de culturas reduz a exposição à sazonalidade e reforça a regularidade ao longo do ano. A agricultura regenerativa também evolui e reforça o ecossistema agrícola, por meio da rotação de culturas, quanto a pecuária, com iniciativas voltadas à formação e renovação de pastagens. No Brasil as culturas além da soja somam cerca de 28,6 milhões de hectares, distribuídos da seguinte forma:

- Milho: 21,8 milhões ha
- Sorgo: 1,63 milhão ha
- Trigo: 2,45 milhões ha
- Feijão: 2,70 milhões ha

A soja permanece como a maior cultura agrícola do país, com 47,35 milhões de hectares. Mesmo assim, o conjunto formado por milho, sorgo, trigo e feijão corresponde a cerca de 60% da área da soja, o que reforça a relevância e o peso dessas culturas dentro do agronegócio brasileiro e da Boa Safra.

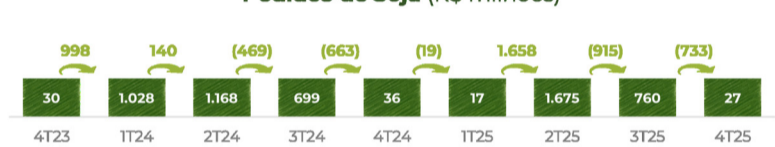


Além disso, a agricultura regenerativa vem ganhando espaço no país, somando cerca de 40 milhões de hectares quando consideradas práticas agrícolas e pecuárias voltadas à melhoria do solo e à renovação de pastagens. Esse universo representa uma avenida relevante a ser explorada pela companhia, seja pela ampliação das culturas, seja pela integração com sistemas produtivos mais sustentáveis e diversificados.

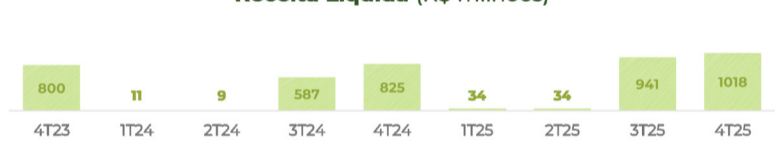
Carteira de Pedidos

A carteira do 4º trimestre, de sementes soja, encerrou em aproximadamente R\$ 27 milhões, constituída por pedidos de soja registrados ao longo de 2025, referentes a volumes remanescentes para plantio em Janeiro de 2026, com maior concentração em regiões cuja dinâmica de plantio e comercialização é mais tardia. Esse montante está alinhado ao nível mais elevado de volume vendido, refletindo a dinâmica operacional observada ao longo do ano.

Pedidos de Soja (R\$ milhões)



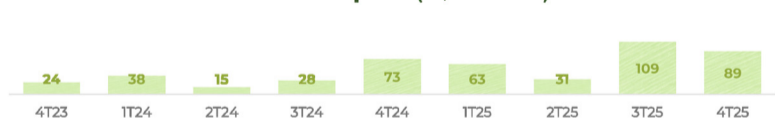
Receita Líquida (R\$ milhões)



Outras Culturas e Serviços (R\$ milhões)

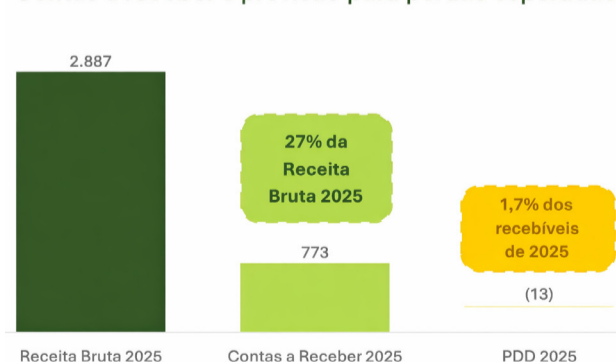


Receita Líquida (R\$ milhões)



Para outras culturas e serviços, dentro do contexto de formação da carteira para 2026, destaca-se de forma central oolling de milho da investida Bestway, que assume papel relevante nessa composição, refletindo tanto a importância estratégica do milho quanto a maturidade do investimento realizado. Em paralelo, a operação de forrageiras conduzida pela SBS Green Seeds mantém contribuição consistente, enquanto as demais culturas e sementes passam a compor de maneira complementar a estrutura da carteira.

Contas a receber e provisão para perdas esperadas



De forma consolidada, a carteira inicia 2026 com sua composição fortemente concentrada no milho, com aproximadamente 76% do faturamento associado à Bestway, enquanto a parcela remanescente encontra-se distribuída entre as demais culturas e serviços do portfólio. Essa diversificação, já observada ao longo de 2025, mostrou-se eficiente na redução da sazonalidade do faturamento da Boa Safra e permanece como tendência estrutural para 2026 com esta nova carteira.

Crescimento dos Recebíveis e Níveis de Provisão no Exercício

A carteira de contas a receber aumentou entre 2024 e 2025, movimento que acompanha o crescimento das vendas e a maior utilização de prazos de pagamento na operação. O saldo passou de R\$ 578 milhões para R\$ 773 milhões, em linha com a elevação da receita bruta no período. Essa evolução é consistente com o modelo comercial da Companhia, no qual parte relevante da receita é realizada por meio de vendas a prazo. A provisão para devedores duvidosos também apresentou aumento, saindo de R\$ 0,6 milhões em 2024 para R\$ 13 milhões em 2025, o que corresponde a 1,7% da carteira. Embora maior em termos absolutos, o percentual permanece abaixo da média de mercado e está associado a base de clientes pulverizada e à expansão do volume faturado em novos clientes. O comportamento da PDD indica que o crescimento decorre principalmente das menores margens do setor e, consequentemente, da menor liquidez, sem evidências de deterioração relevante na carteira de crédito. Além disso, a Companhia tem uma carteira de recebíveis, com uma estrutura composta predominantemente por CPRs, que representam 52% do total, seguida por avais, correspondentes a 29%, e garantias reais, que somam 19%. Essa composição reforça a solidez da política de crédito e assegura ampla cobertura, contribuindo para manter o risco em níveis controlados mesmo em um cenário de maior seletividade do produtor. A presença integral de garantias evidencia disciplina comercial, consistência nos processos de análise e capacidade de preservar a qualidade da carteira ao longo do ciclo. De forma geral, a movimentação observada nas contas a receber e na PDD aponta para uma carteira maior, sustentada pelos procedimentos de análise de crédito e pelo monitoramento contínuo dos recebíveis. O conjunto dos indicadores é coerente com o crescimento da atividade comercial ao longo de 2025.

Evolução de Atendimentos Distribuidoras

Nos últimos anos, a Companhia vem ampliando de forma contínua a base de revendas atendidas, fortalecendo a estratégia de pulverização comercial. O avanço pode ser observado na trajetória recente: de 308 clientes em 2021, o número passou para 461 em 2022, 610 em 2023 e 697 em 2024. Em 2025, esse movimento se intensificou, alcançando 720 clientes ativos, o que reforça a expansão da presença comercial e o maior alcance do portfólio nas diferentes regiões produtoras.

continua

continuação

Receita Operacional Bruta - Consolidada

No 4T25, a Receita Operacional Bruta alcançou R\$ 1,6 bilhão, um avanço de 36% em relação aos R\$ 1,2 bilhão registrados no 4T24. No acumulado do ano, a receita somou R\$ 2,8 bilhões, crescimento de 44% frente aos R\$ 2 bilhões apurados em 2024. O semestre foi marcado por um avanço gradual no ritmo das operações, refletindo a maior execução de embarques. Dentro desse contexto, o desempenho do trimestre seguiu a mesma tendência, apresentando intensificação das entregas em função de uma operação de encerramento do ciclo. A logística teve uma alta demanda para executar os embarques e com maior complexidade dada as entregas CIFs. No âmbito comercial, houve maior pressão concorrencial e demandou ajustes de rota para execução da carteira de pedidos. A combinação desses fatores resultou em aumento do volume entregue no trimestre e reforçou a capacidade da Companhia de execução deste volume recorde e com os desafios comerciais que foram intensificados no quarto trimestre.

Novas Culturas

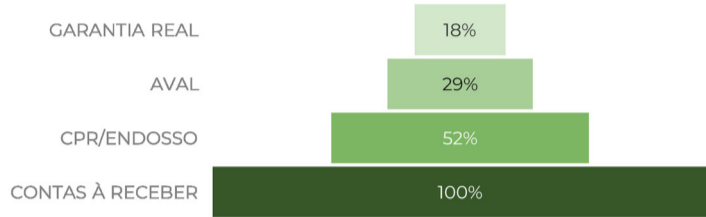
Em 2025, o portfólio além da soja ganhou maior representatividade dentro da Companhia, acompanhando a ampliação das culturas atendidas e o avanço das frentes que compõem esse conjunto. A soja registrou evolução de Receita Operacional Bruta de R\$ 1.432 milhões para R\$ 2.027 milhões (+42%), mantendo a base principal da receita em trajetória consistente. No grupo formado por novas culturas e serviços, que apresentou crescimento acima do ritmo das sementes de soja. A receita operacional bruta desse conjunto alcançou R\$ 292 milhões, frente aos R\$ 155 milhões registrados em 2024, uma expansão de +88%. Com esse avanço, essas culturas passaram a representar 13% da receita de sementes e novos negócios, sinalizando sua presença crescente dentro do portfólio ampliado da Boa Safra.

Sementes de Soja e Novos Negócios

O desempenho desse conjunto também reflete o uso mais eficiente da estrutura comercial e a maior capilaridade dos canais de atendimento, que facilitaram o acesso do produtor às soluções ofertadas além da soja.

Receita Operacional Líquida - Consolidada

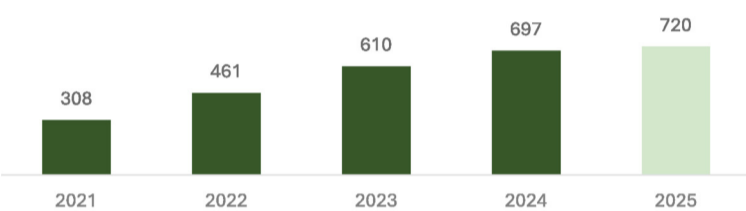
No 4T25, a Receita Operacional Líquida somou R\$ 1,2 bilhão, aumento de 29% em relação aos R\$ 0,9 bilhão registrados no mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado de 2025, a receita atingiu R\$ 2,6 bilhões, expansão de 42% sobre os R\$ 1,8 bilhão apurados em 2024. O desempenho do ano reflete uma combinação de fatores, entre eles maior ritmo de embarques no encerramento do ciclo, maior demanda operacional e uma gestão comercial à vista, para atender às diferentes regiões produtoras. Esse conjunto fortaleceu a capacidade da Companhia de atender múltiplas culturas ao longo do ciclo e sustenta a evolução do portfólio em direção a uma receita mais diversificada e equilibrada.



Lucro Bruto

No 4T25, o Lucro Bruto totalizou R\$ 62 milhões, frente aos R\$ 118 milhões registrados no 4T24, resultando em uma variação de -47,3%. O trimestre refletiu uma combinação entre a dinâmica comercial da safra e a concentração de volumes em períodos anteriores, reduzindo a representatividade do quarto trimestre no comparativo anual. A margem bruta do período ficou em 5%, ante 12% no 4T24. No acumulado de 2025, o Lucro Bruto alcançou R\$ 270 milhões, um avanço de 12% sobre os R\$ 242 milhões de 2024. A margem anual ficou em 10%, movimento 3p.p. inferior ao ano anterior, influenciada pelo maior peso dos custos ao longo do ciclo e pela maior venda de descartes de grãos. O resultado do ano reflete o maior volume produzido de sementes, menor volume comercializado do que o previsto e ramp up da diversificação das culturas. Esses fatores contribuíram para a expansão do lucro bruto anual absoluto, ainda que com grande venda de grãos devido ao descarte de sementes.

Distribuidoras atendidas



Ebitda Ajustado

Em 2025, o EBITDA Ajustado consolidado atingiu R\$ 154 milhões, queda em relação aos R\$ 183 milhões registrados em 2024. A margem EBITDA Ajustada encerrou o exercício em 6%, abaixo dos 10% observados no ano anterior, refletindo um ciclo de maior pressão nas despesas operacionais mais elevadas e menor captura de margem operacional, apesar do crescimento relevante da Receita Operacional Líquida.

Ao longo do exercício, observou-se aumento pontual das despesas operacionais associado ao início da operação de novas unidades, que demandaram estruturação inicial, reforço de equipes e ajustes operacionais para integração ao modelo produtivo. Esse movimento ocorreu em paralelo ao avanço da atuação em novas culturas, ampliando a complexidade operacional e requerendo maior suporte técnico, fortalecimento da estrutura comercial e adequações para atender ao portfólio ampliado.

O desempenho também foi influenciado pela expansão das frentes comerciais, que demandaram estruturação adicional junto a novos clientes e canais, além de maiores despesas logísticas e comerciais. Somam-se a isso perdas associadas à qualidade ao longo do processo, desde a origem até a venda dos produtos, cujo índice médio em 2025 atingiu 15%, acima do patamar histórico de 10%. Esse aumento de perdas elevou despesas e limitou a captura de margem em determinados momentos do ciclo. A dinâmica comercial teve papel relevante nesse movimento. A maior participação das vendas na modalidade CIF elevou as despesas comerciais, enquanto a deterioração de preços em algumas regiões no final do exercício limitou o ganho marginal nos embarques finais. Em paralelo, as despesas operacionais cresceram, com destaque para despesas com vendas, influenciadas pelo aumento dos fretes CIF, e administrativas, especialmente gastos com pessoal.

Reconciliação Ebitda Consolidado (R\$ Mil)	4T24	4T25	2024	2025
Receita Operacional Líquida	956.998	1.234.979	1.841.052	2.622.416
Resultado operacional antes de juros e impostos	85.710	93	145.119	92.281
(+) Depreciação	17.448	8.723	30.658	38.168
EBITDA Contábil	103.158	8.816	175.777	130.449
Mg%	11%	1%	10%	5%
Ajustes ¹	28.219	49.702	7.521	23.615
EBITDA Ajustado Consolidado	131.377	58.518	183.298	154.064
Mg%	14%	5%	10%	6%

¹ Os ajustes contemplados nesse release são:

- Instrumento financeiro derivativo líquido (instrumentos financeiros derivativos de receitas financeiras com a subtração dos instrumentos financeiros derivativos das despesas financeiras)
- Valor justo dos contratos de commodities
- Ajuste de estoque a valor de mercado

No indicador de curto prazo, o EBITDA Ajustado do 4T25 registrou R\$ 58 milhões, equivalente a uma margem de 5%. O patamar observado reflete um ambiente de despesas mais elevadas no período, decorrente do avanço das frentes comerciais, do suporte operacional às novas culturas e da menor diluição das despesas, resultando em retração da margem trimestral.

No conjunto, esses fatores explicam a retração do EBITDA Ajustado anual e evidenciam uma operação com maior complexidade comercial e operacional, com custos associados à consolidação de novas culturas, à ampliação da presença comercial e ao aumento do nível de suporte necessário para sustentar o crescimento.

Resultado Financeiro

As receitas financeiras somaram R\$ 226 milhões em 2025, impulsionadas principalmente pelos rendimentos das aplicações financeiras, que cresceram significativamente no ano, pelo aumento do AVP de clientes e fornecedores, em função do maior saldo a vencer e da taxa de desconto mais elevada ao final do período, além dos descontos obtidos em antecipações e renegociações, que também apresentaram evolução. Esses fatores explicam a maior parte do crescimento da linha, apesar da redução no resultado com instrumentos financeiros derivativos, que apresentaram queda no exercício.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 244 milhões, com aumento relacionado ao maior custo da dívida, refletido no forte crescimento dos juros apropriados sobre empréstimos, ao avanço do AVP de clientes e fornecedores, e à maior concessão de descontos financeiros em negociações comerciais. Houve ainda impactos adicionais oriundos de juros sobre impostos, IOF e demais encargos usuais, embora algumas dessas linhas tenham registrado quedas relativas.

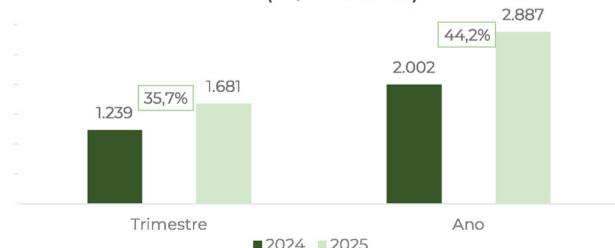
Como resultado, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 18 milhões, refletindo o aumento do custo financeiro total do período e o reforço das atualizações a valor presente, dentro de um ciclo marcado por maior utilização de capital.

Consolidado	2024	2025	Var %
Rendimentos com aplicações financeiras	60.155	98.286	63%
Resultado com derivativos	-	-	-
Descontos obtidos por antecipação	17.762	20.784	17%
AVP - Clientes/Fornecedores	40.382	68.615	70%
Instrumentos financeiros derivativos	63.909	35.301	-45%
Outros	466	2.835	508%
Total - Receitas Financeiras	182.674	225.821	24%
Juros apropriados sobre empréstimos	(37.351)	(132.041)	-254%
AVP de clientes/Fornecedores	(44.251)	(81.292)	-84%
Instrumentos financeiros derivativos	(58.322)	(16.757)	71%
Juros sobre fornecedores	(162)	(219)	-35%
Juros sobre impostos	(927)	(1.361)	-47%
Juros CRA	-	-	-
Tarifa Bancária	(1.260)	(722)	43%
IOF	(454)	(794)	-75%
Descontos concedidos	(1.830)	(5.840)	-219%
Outros	(7.765)	(4.692)	40%
Total - Despesas Financeiras	(152.322)	(243.718)	-60%
Resultado financeiro líquido	30.352	(17.897)	-159%

Resultado Líquido

O lucro líquido consolidado encerrou 2025 em R\$ 101 milhões, redução de 37% em relação aos R\$ 161 milhões registrados em 2024. O resultado reflete um ano marcado por margens mais pressionadas, impacto de ajustes de qualidade, maior participação do CIF e aumento do custo financeiro, além de despesas operacionais mais elevadas em função da expansão das novas culturas.

Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)



No trimestre, o lucro líquido foi negativo em R\$ 8 milhões, influenciado pelos maiores custos de grãos, despesas operacionais e financeiros no final do ciclo. Associado pela deterioração do preço médio de venda no 4T25.

Sementes de Soja e Novos Negócios

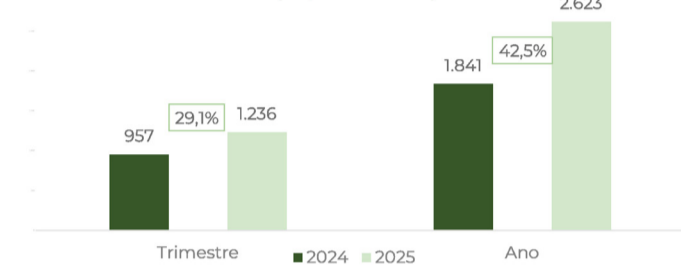


O lucro líquido ajustado totalizou R\$ 20 milhões em 2025, queda de 79% frente aos R\$ 93 milhões de 2024. O desempenho ajustado reforça os efeitos combinados de margens mais estreitas, maior peso de despesas comerciais e administrativas, maior volume de fretes na modalidade CIF e custos com grãos e novas culturas. No trimestre, o lucro líquido ajustado foi negativo em R\$ 21 milhões, resultado da combinação entre menor captura de margem, maior nível de despesas e impacto do resultado financeiro negativo do período.

Imobilizado/Capex

O capex total do exercício atingiu R\$ 75 milhões, permanecendo em patamar significativamente inferior ao observado em anos anteriores e em linha com a estratégia de redução gradual dos investimentos adotada pela companhia. O histórico recente evidencia a priorização da disciplina de capital e do foco na eficiência operacional.

Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)



Mesmo em um cenário sem crescimento, os investimentos realizados em 2025 refletiram a necessidade de ajustes operacionais essenciais para garantir a continuidade da produção, a adequação das unidades existentes e a manutenção das condições operacionais necessárias ao funcionamento das atividades. Cerca de R\$ 45 milhões foram direcionados à infraestrutura operacional, incluindo edificações e obras em andamento, com foco em adequações físicas, regularizações e melhorias operacionais necessárias para suportar o processo produtivo e a complexidade operacional existente.

Além disso, aproximadamente R\$ 14 milhões foram aplicados em máquinas e equipamentos, voltados principalmente à manutenção, substituição pontual e reforço operacional, com o objetivo de preservar a confiabilidade e flexibilidade dos processos e a eficiência produtiva, para todas as culturas. O nível de capex observado reflete, portanto, uma abordagem conservadora de investimentos, concentrada na manutenção da capacidade produtiva, na realização de ajustes necessários à operação e na preservação da eficiência, sem comprometer a disciplina na alocação de capital.

Caixa e Endividamento

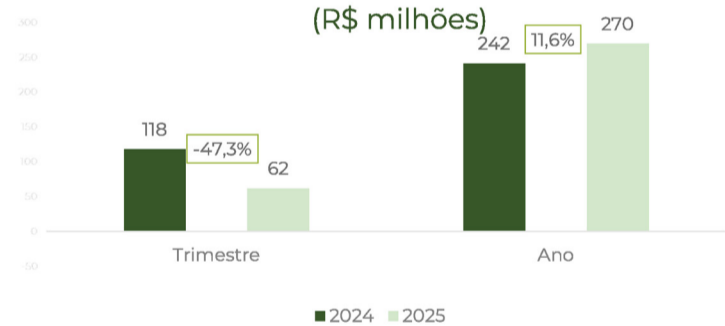
Visão Consolidada

O caixa e as aplicações financeiras totalizaram R\$ 1,1 bilhão ao final de 2025, nível compatível com as necessidades operacionais e de capital de giro da Companhia. A dívida bruta consolidada atingiu R\$ 1,3 bilhão, resultando em dívida líquida de R\$ 151 milhões no encerramento do exercício.

Dívida Líquida Consolidada	2024	2025
Financiamentos e empréstimos	140.956	61.572
Financiamentos e empréstimos LP	273.051	1.256.636
Dívida Bruta	414.007	1.318.208
(-) Caixa e equivalentes de caixa + Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)	585.239	1.166.884
Dívida Líquida	(171.232)	151.324

Do total do endividamento, 5% (R\$ 62 milhões) está alocado no curto prazo, com vencimentos dentro de 12 meses, enquanto 95% (R\$ 1,2 bilhão) refere-se ao longo prazo. Dentro da parcela de longo prazo, R\$ 122 milhões vencem entre 12 e 36 meses, R\$ 536 milhões entre 36 e 60 meses e R\$ 599 milhões acima de 60 meses.

Lucro Bruto (R\$ milhões)



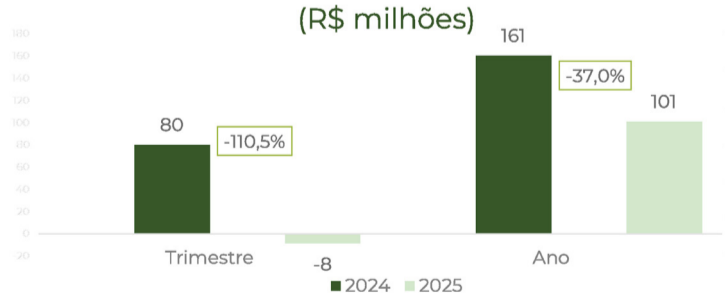
A composição ao final de 2025 indica uma estrutura de endividamento predominantemente de longo prazo, mais bem distribuída entre faixas de vencimento e alinhada ao ciclo operacional da empresa. Essa configuração contribui para maior previsibilidade financeira e adequada diluição das amortizações ao longo dos próximos períodos.

Visão Dívida Líquida Ajustada ex-SNAG11

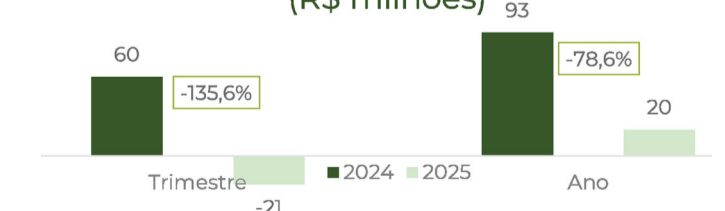
Para oferecer uma visão alternativa da estrutura de capital, a Companhia apura também a Dívida Líquida Ajustada, métrica que exclui os efeitos da consolidação do SNAG11. Em 2025, a Dívida Líquida Ajustada atingiu R\$ 361 milhões, ante R\$ 49 milhões em 2024. A variação reflete o aumento da dívida bruta da controladora ex-SNAG11, que avançou para R\$ 1,3 bilhão, impulsionada sobretudo pelo crescimento das linhas de longo prazo. Do lado do caixa, os recursos disponíveis somaram R\$ 897 milhões na controladora e R\$ 31 milhões nas controladas, além da posição residual de cotas do SNAG11.

A combinação desses fatores resultou em um nível maior de dívida líquida ajustada, porém com perfil majoritariamente de longo prazo, o que reforça a adequação da estrutura aos ciclos operacionais e à estratégia financeira da Companhia.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



Lucro Líquido Ajustado (R\$ milhões)



Fluxo de Caixa

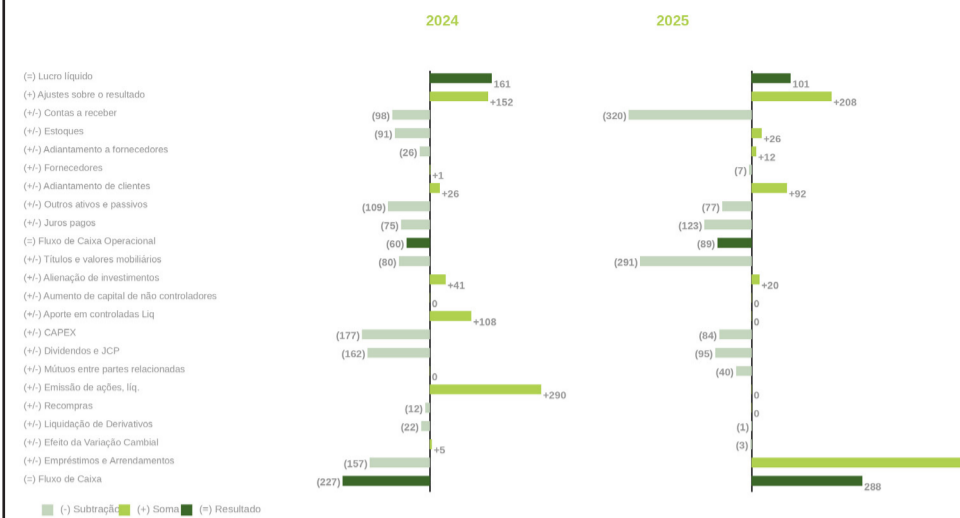
Em 2025, o fluxo de caixa operacional encerrou o ano em R\$ -89 milhões, em comparação ao resultado de R\$ -60 milhões registrado em 2024, refletindo o aumento do consumo de capital de giro ao longo do período, mas em contrapartida o caixa das novas investidas ocasionou um aumento da carteira. O desempenho esteve associado ao crescimento da receita bruta operacional ex-grãos, que avançou 42% no exercício, acompanhado de maior concessão de prazos comerciais. O principal impacto decorreu do aumento de contas a receber, que consumiram R\$ -320 milhões (vs. R\$ -98 milhões em 2024), além da variação negativa em fornecedores (-R\$ 7 milhões). Esses efeitos foram parcialmente compensados por variações positivas em estoques (+R\$ 26 milhões), adiantamentos a fornecedores (+R\$ 12 milhões) e pelo aumento dos adiantamentos de clientes, que contribuíram com R\$ 92 milhões ao caixa no exercício.

Nas atividades de investimento, o consumo líquido de caixa foi de R\$ 355 milhões, decorrente principalmente da aplicação líquida em títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 291 milhões, e do CAPEX do período, concentrado em investimentos em imobilizado e intangível, que totalizaram R\$ 83 milhões. As alienações de investimentos geraram R\$ 20 milhões de entrada de caixa, compondo o efeito líquido das atividades de investimento no exercício. Nas atividades de financiamento, o caixa líquido foi positivo em R\$ 869 milhões, impulsionado principalmente pela captação via empréstimos e arrendamentos. As saídas de caixa incluíram dividendos e juros sobre capital próprio, no total de R\$ 95 milhões, além de outras obrigações financeiras usuais.

continua

continuação

Como resultado desses movimentos, o fluxo de caixa total encerrou 2025 positivo em R\$ 288 milhões, revertendo o consumo de caixa observado em 2024 (R\$ -227 milhões) e refletindo a evolução da posição de caixa ao final do exercício. O resultado combina a dinâmica operacional do período, os investimentos realizados e a estrutura de financiamento adotada, estabelecendo as bases financeiras para o exercício seguinte.



ESG

A Boa Safra possui práticas ambientais, sociais e de governança, fortalecendo o compromisso com um agronegócio responsável e integrado à criação de valor sustentável. As ações refletem uma visão de longo prazo, orientada pela eficiência produtiva, responsabilidade social e transparência na gestão. No pilar ambiental, a Companhia ampliou as iniciativas ligadas à agricultura regenerativa, com foco em rotação de culturas, recuperação do solo e plantio direto. A SSS Green Seeds, joint venture dedicada ao desenvolvimento de sementes de cobertura e soluções para a saúde do solo, consolidou-se como parceira estratégica nesse processo, apoiando o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade ambiental. A Boa Safra também manteve investimentos em eficiência energética e avançou na migração para o mercado livre de energia, buscando otimização de custos e redução de emissões.

No pilar social, a Companhia manteve programas voltados ao bem-estar, saúde e desenvolvimento das pessoas, conduzindo uma agenda em linha com o cronograma de saúde anual de temas relevantes de cuidado e para ações de engajamento comunitário, fortalecendo o vínculo com as regiões onde atua e promovendo o desenvolvimento local.

Em governança, a estrutura de gestão foi aprimorada visando a promoção de foco na eficiência e agilidade, reforçando a estratégia de inovação e expansão. A Boa Safra segue alinhada aos mais altos padrões de ética, transparência e governança corporativa, listada no Novo Mercado da B3 e apoiada por um Conselho de Administração com membros independentes. Os Comitês de Auditoria, Estratégia e M&A garantem suporte técnico e estratégico ao Conselho, assegurando decisões consistentes e voltadas à geração de valor de longo prazo.

Diversidade, Equidade e Inclusão - Equidade de Gênero

A Boa Safra reafirma seu compromisso com a diversidade, a equidade e a inclusão como pilares relevantes de sua estratégia de sustentabilidade e governança corporativa. Em consonância com as melhores práticas de mercado e em atendimento ao disposto no artigo 133, §6º, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia apresenta, de forma transparente, informações relacionadas à representatividade feminina em sua estrutura organizacional e à evolução dos respectivos indicadores.

Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico

Em 31 de dezembro de 2025, a participação feminina na Boa Safra apresentou distribuição heterogênea entre os diferentes níveis hierárquicos, refletindo a composição do quadro funcional da Companhia. No Conselho de Administração, manteve-se a presença de uma mulher, equivalente a 25,0% do total de membros, percentual inalterado em relação a dezembro de 2024.

Nível Hierárquico	2024		2025	
	Colab.	%	Colab.	%
GESTÃO	13	25,0%	11	19,3%
TÁTICO	104	52,8%	125	51,0%
OPERACIONAL	93	24,4%	110	28,1%
ESTAGIÁRIO	3	60,0%	7	175,0%

No nível de Gestão, a Companhia registrou 11 mulheres em dezembro de 2025, correspondentes a 19,3% do total desse nível, em comparação a 13 mulheres (25,0%) em dezembro de 2024. Nos níveis Tático e Operacional, observou-se aumento no número absoluto de mulheres ao longo do período, com o nível Tático passando de 104 colaboradoras (52,8%) em 2024 para 125 colaboradoras (51,0%) em 2025, e o nível Operacional de 93 colaboradoras (24,4%) para 110 colaboradoras (28,1%) no mesmo intervalo. No nível de Estagiário, foram contabilizadas 7 mulheres em dezembro de 2025, frente a 3 em 2024, refletindo a ampliação desse grupo no quadro funcional.

Nível Hierárquico	dez/24				dez/25			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total	%	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total	%
GESTÃO	R\$ 16.173	R\$ 5.054	R\$ 21.227	98,7%	19.970	6.639	26.609	102,2%
TÁTICO	R\$ 2.698	R\$ 450	R\$ 3.148	88,3%	2.954	492	3.446	84,5%
OPERACIONAL	R\$ 1.812	R\$ 151	R\$ 1.962	84,8%	2.062	172	2.234	84,2%
ESTAGIÁRIO	R\$ 1.600	R\$ -	R\$ 1.600	100,0%	1.720	-	1.720	100,0%

Mulheres em cargos de administração

No que se refere aos cargos de administração da Companhia, que abrangem posições de liderança, a Boa Safra monitora de forma contínua a evolução da presença feminina, reforçando seu compromisso com práticas de gestão orientadas à equidade de oportunidades, ao desenvolvimento profissional e à valorização de talentos internos.

Remuneração média feminina por nível hierárquico

Em relação à remuneração, a Boa Safra adota práticas que visam assegurar critérios objetivos e isonômicos de remuneração, considerando responsabilidades, complexidade das funções, experiência profissional e desempenho individual.

Com o objetivo de mitigar riscos de exposição individual e assegurar adequada comparabilidade, as informações de remuneração são apresentadas de forma consolidada por grupos de liderança e níveis hierárquicos, contemplando a média da remuneração fixa e variável das colaboradoras.

Em dezembro de 2025, a remuneração média total mensal das mulheres no nível de Gestão apresentou evolução em relação ao exercício anterior, acompanhando a maior senioridade média e a composição dos cargos ocupados. Nos níveis Tático e Operacional, observa-se estabilidade relativa na proporção da remuneração feminina em relação à masculina, refletindo estruturas salariais padronizadas, políticas de cargos e salários e convenções coletivas aplicáveis.

Anexos

Balanco Patrimonial - Ativo (R\$ milhares) - Consolidado	2024	2025	Var. %
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	238.527	526.878	121%
Títulos e valores mobiliários	338.507	468.900	39%
Contas a receber	577.856	772.805	34%
Estoques	227.243	210.086	-8%
Instrumentos financeiros derivativos-Ativo	13.602	19.074	40%
Adiantamentos a fornecedores	114.165	53.004	-54%
Mútuos entre partes relacionadas	-	-	-
Impostos a recuperar	174.552	78.431	-55%
Impostos de Renda e contribuição social	62.187	91.970	48%
Ativo fiscal corrente	-	-	-
Outros créditos	1.265	465	-63%
Total do ativo circulante	1.747.904	2.221.613	27%
Títulos e valores mobiliários LP	8.205	171.106	1985%
Adiantamentos a fornecedores LP	339	37.970	586%
Outros créditos LP	1.810	1.164	-36%
Impostos a recuperar LP	1.699	123.713	7182%
Ativo fiscal diferido	91.902	137.767	50%
Imobilizado	802.234	842.601	5%
Investimentos	1.781	805	-55%
Bens de direito de uso	8.517	60.680	612%
Intangível	2.211	10.894	393%
Total do ativo não circulante	918.698	1.386.700	50%
Total do Ativo	2.666.602	3.608.313	35%

Balanco Patrimonial - Passivo (R\$ milhares) - Consolidado	2024	2025	Var. %
Circulante			
Fornecedores	149.987	137.699	-8%
Financiamentos e empréstimos	140.956	61.572	-56%
Adiantamento de clientes	60.027	52.968	-12%
Instrumentos financeiros derivativos-Passivo	2.196	-	-100%
Passivo de arrendamento	5.811	15.201	162%
Obrigações sociais e trabalhistas	8.631	13.689	59%
Dividendos a pagar	12.734	7.896	-38%
Juros sobre capital próprio a pagar	17.732	-	-100%
Obrigações com investidas	-	2.000	-
Impostos e contribuições a recolher	17.649	777	-96%
Obrigações tributárias	2.806	19.395	591%
Outros passivos	11.554	16.836	46%
Total do passivo circulante	430.083	328.033	-24%
Financiamentos e empréstimos LP	273.051	1.256.636	360%
Passivo de arrendamento LP	9.198	54.267	490%
Provisão para processos judiciais	-	1.647	-
Passivo fiscal diferido	-	-	-
Total do passivo não circulante	282.249	1.312.550	365%

Balanco Patrimonial - Passivo (R\$ milhares) - Consolidado	2024	2025	Var. %
Capital social	719.420	784.699	9%
Reserva legal	36.373	27.548	-24%
Reservas de incentivos fiscais	522.096	522.096	0%
Reservas de capital	4.304	8.643	101%
Ações em tesouraria	(11.842)	(11.842)	0%
Lucros acumulados	-	-	-
Reserva de lucros	76.444	-	-100%
Patrimônio líquido atribuível a controladores	1.346.795	1.331.144	-1%
Participação de não controladores	607.475	636.586	5%
Total do patrimônio líquido	1.954.270	1.967.730	1%
Total do passivo	712.332	1.640.583	130%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.666.602	3.608.313	35%

Demonstração de Resultados (R\$ milhares) - Consolidado	2024	2025	Var. %
Receita operacional líquida	1.841.052	2.622.416	-30%
Custos dos produtos vendidos	(1.599.305)	(2.352.554)	32%
Lucro bruto	241.747	269.862	-10%
Despesas de vendas	(61.317)	(82.405)	26%
Despesas administrativas e gerais	(45.637)	(75.602)	40%
Provisão para perdas esperadas	(665)	(13.080)	95%
Outras receitas operacionais	10.991	(6.494)	269%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos	145.119	92.281	57%
Receitas financeiras	182.674	225.821	-19%
Despesas financeiras	(152.322)	(243.718)	38%
Financeiras líquidas	30.352	(17.897)	270%
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial	2	(1.266)	100%
Resultado antes dos impostos	175.473	73.118	140%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(148)	46.489	-100%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.817)	(18.477)	20%
Resultado do período	160.508	101.130	59%

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2025	Var. %
Lucro líquido do exercício	160.508	101.130	(37%)
Ajustes sobre o resultado do período			
Depreciação e amortização	24.269	27.711	14%
Amortização de direito de uso	6.387	11.723	84%
Resultado da baixa de ativo imobilizado	265	6.809	2.469%
Resultado da baixa de ativo intangível	-	-	-
Provisão para perdas esperadas	665	12.555	1.788%
Ajuste a valor presente do contas a receber	5.291	13.130	148%
Ajuste a valor presente de fornecedores	455	6.476	1.323%
Juros sobre empréstimos e arrendamento	69.199	148.462	115%
Transação de pagamento baseado em ações, liquidável em ações	2.853	4.339	52%
Resultado com derivativos não realizados	25.965	(6.857)	(126%)
Valor justo dos contratos futuros e estoques (estoques)	1.934	5.071	162%
Provisão de devoluções de estoque	(452)	(8.894)	(1.868%)
Participação em investidas pelo método de equivalência	(5)	3.427	68.640%
Provisão para processos judiciais	-	1.647	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	303	(36.471)	(12.137%)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14.817	18.477	25%
Outros	(20)	-	100%

(Aumento) redução nos ativos

Contas a receber	(97.792)	(319.586)	(227%)
Estoques	(90.629)	26.262	129%
Adiantamentos a fornecedores	(26.353)	11.595	144%
Impostos a recuperar	(113.208)	(55.676)	51%
Outros créditos	(3.277)	(7.948)	(143%)

Aumento (redução) nos passivos

Fornecedores	688	(7.300)	(1.161%)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.267)	5.058	499%
Impostos e contribuições a recolher	-	(16.872)	-
Obrigações tributárias	12.401	(1.888)	(115%)
Dividendos a pagar	-	-	-
Adiantamento de clientes	25.950	92.287	256%

Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.604)	-	100%
Juros pagos	(75.477)	(123.178)	(63%)

Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

Aplicação de títulos e valores mobiliários	(770.149)	(1.977.686)	(157%)
Resgate de títulos e valores mobiliários	689.735	1.687.146	145%
Recebimentos pela venda de participação em investidas	40.940	20.204	(51%)
Aumento de capital de não controladores	-	-	-
Aportes de terceiros recebidos por controlada	107.738	-	(100%)
Pagamentos pela aquisição de controlada e aportes	-	(374)	-
Dividendos recebidos	-	-	-
Aquisição de propriedades para investimento	-	-	-
Investimento em controlada	-	-	-
Adições do imobilizado	(176.625)	(74.696)	58%
Adições do intangível	(136)	(8.874)	(6.425%)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	(108.497)	(354.280)	(227%)
Dividendos pagos	(57.902)	(77.061)	(33%)
Recebimento de recursos de acionistas	-	-	-
Pagamento do passivo de arrendamento	(5.583)	(10.823)	(94%)
Juros sobre capital próprio pago	(104.596)	(17.732)	83%
Mútuos entre partes relacionadas	-	(39.990)	-
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	(21.770)	(811)	96%
Recursos provenientes de emissão de ações ordinárias	300.000	-	(100%)
Custo de transação relacionada a emissão de ações	(10.306)	-	100%
Recuperação de ações próprias	(11.842)	-	100%
Empréstimos e financiamentos pagos	(1.024.765)	(154.928)	85%
Empréstimos e financiamentos tomados	873.092	1.035.241	19%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(63.672)	733.896	1.253%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(232.303)	291.105	225%
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa	5.241	(2.754)	(153%)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	465.589	238.527	(49%)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	238.527	526.878	121%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(227.062)	288.351	227%

Disclaimer

Declaração sobre serviços prestados pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), firmado em 23 de abril de 2024, para a emissão do relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do exercício a encerra-se em 31 de dezembro de 2025 e os relatórios sobre as Informações Trimestrais para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro de 2025. A KPMG presta serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Boa Safra Sementes S/A. As demonstrações contábeis aqui apresentadas no Relatório de Desempenho e nas Notas Explicativas para o exercício findo estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As demonstrações não financeiras, assim como outras demonstrações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço.

O montante total da remuneração dos auditores independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 676.026, valor referente à auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Declarações da Diretoria: em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("ICVM 480"), os Diretores declaram que discutiram, reviram e concord

Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Ativo											
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.a	498.246	226.622	526.878	238.527	Fornecedores	18	138.001	130.572	137.699	149.987
Títulos e valores mobiliários	8.b	227.676	96.510	468.900	338.507	Financiamentos e empréstimos	19	53.129	142.464	61.572	140.956
Contas a receber	9	791.362	577.869	772.805	577.856	Adiantamento de clientes	20	39.658	57.837	52.968	60.027
Estoques	10	202.336	217.085	210.086	227.243	Instrumentos financeiros derivativos-Passivo	26	-	2.196	-	2.196
Instrumentos financeiros derivativos-Ativo	25	19.074	13.602	19.074	13.602	Passivo de arrendamento	21	6.092	7.776	15.201	5.811
Adiantamentos a fornecedores	11	51.880	112.028	53.004	114.165	Obrigações sociais e trabalhistas	21	11.550	7.367	13.689	8.631
Impostos a recuperar	12.a	68.109	173.719	78.431	174.552	Dividendos a pagar	23	-	-	7.896	12.734
Impostos de Renda e contribuição social	12.b	91.788	62.062	91.970	62.187	Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	17.732	-	17.732
Outros créditos	14	369	3.471	465	1.265	Obrigações com investidas	16	2.000	-	2.000	-
Total do ativo circulante		1.950.840	1.482.968	2.221.613	1.747.904	Impostos e contribuições a recolher	22	-	-	777	-
Não circulante						Obrigações tributárias	22	20.091	16.360	19.395	20.455
Realizável a longo prazo						Outros passivos	22	16.836	11.363	16.836	11.554
Títulos e valores mobiliários	8.b	171.106	8.205	171.106	8.205	Total do passivo circulante		287.357	393.667	328.033	430.083
Adiantamentos a fornecedores	11	37.970	4.724	37.970	339	Não circulante					
Outros créditos	14	1.000	1.623	1.164	1.810	Financiamentos e empréstimos	19	1.591.636	607.963	1.256.636	273.051
Impostos a recuperar	12.a	123.713	1.699	123.713	1.699	Passivo de arrendamento	21	19.380	21.261	54.267	9.198
Ativo fiscal diferido	21	126.138	90.292	137.767	91.902	Provisão para processos judiciais	19	1.647	-	1.647	-
Total do ativo não circulante		459.927	106.543	471.720	103.955	Total do passivo não circulante		1.612.663	629.224	1.312.550	282.249
Imobilizado	15	738.127	696.037	842.601	802.234	Patrimônio líquido	23				
Investimentos	16	50.183	56.433	805	1.781	Capital social		784.699	719.420	784.699	719.420
Bens de direito de uso	21	22.900	27.202	60.680	8.517	Reserva legal		27.548	36.373	27.548	36.373
Intangível	17	9.187	503	10.894	2.211	Reservas de incentivos fiscais		522.096	522.096	522.096	522.096
Total do ativo		3.231.164	2.369.686	3.608.313	2.666.602	Reservas de capital		8.643	4.304	8.643	4.304
						Ações em tesouraria		(11.842)	(11.842)	(11.842)	(11.842)
						Reserva de lucros		76.444	76.444	76.444	76.444
						Patrimônio líquido atribuível a controladores		1.331.144	1.346.795	1.331.144	1.346.795
						Participação de não controladores		-	-	636.586	607.475
						Total do patrimônio líquido		1.331.144	1.346.795	1.967.730	1.954.270
						Total do passivo		1.900.020	1.022.891	1.640.583	712.332
						Total do passivo e patrimônio líquido		3.231.164	2.369.686	3.608.313	2.666.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados Exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	27	2.363.837	1.757.749	2.622.416	1.841.052
Custos dos produtos vendidos	28	(2.151.877)	(1.536.688)	(2.352.554)	(1.599.305)
Lucro bruto		211.960	221.061	269.862	241.747
Despesas de vendas	28	(77.232)	(52.060)	(82.405)	(61.317)
Despesas administrativas e gerais	28	(53.382)	(42.044)	(75.602)	(45.637)
Provisão para perdas esperadas	28	(11.975)	(665)	(13.080)	(665)
Outras receitas operacionais		6.152	1.282	(6.494)	10.991
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos		75.523	127.574	92.281	145.119
Receitas financeiras	29	217.668	174.324	225.821	182.674
Despesas financeiras	29	(293.111)	(192.516)	(243.718)	(152.322)
Financeiras líquidas		(75.443)	(18.192)	(17.897)	30.352
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial		(5.207)	(957)	(1.266)	2
Resultado antes dos impostos		(5.127)	108.425	73.118	175.473
Imposto de renda e contribuição social diferido		36.471	(148)	46.489	(148)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(11.344)	(14.817)	(18.477)	(14.817)
Resultado do exercício		20.000	93.460	101.130	160.508
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores				20.000	93.460
Acionistas não controladores				81.130	67.048
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico (em R\$)				0,14	0,72
Resultado por ação - diluído (em R\$)				0,14	0,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	20.000	93.460	101.130	160.508
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	20.000	93.460	101.130	160.508
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores			20.000	93.460
Acionistas não controladores			81.130	67.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recargas	2.422.548	1.759.031	2.842.068	1.852.043
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.402.359	1.748.670	2.832.502	1.831.973
Outras receitas	11.363	10.361	(1.283)	20.070
Produzir - Subvenção ICMS	5.211	9.079	5.211	9.079
Receitas diversas	6.152	1.282	(6.494)	10.991
Receitas relativas a construção de ativos próprios	20.801	-	23.929	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(11.975)	-	(13.080)	-
Insumos adquiridos de terceiros	(2.159.926)	(1.464.110)	(2.530.121)	(1.426.356)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.129.326)	(1.131.833)	(2.464.955)	(1.274.108)
Materiais, Energia, Servs de terceiros e outros	(30.600)	(332.277)	(65.166)	(152.248)
Valor adicionado bruto	262.622	294.921	311.947	425.687
Depreciação e amortização	(31.174)	(25.715)	(39.434)	(30.656)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	231.448	269.206	272.513	395.031
Valor adicionado recebido em transferência	212.461	173.367	224.555	182.676
Receitas financeiras líquidas	217.668	174.324	225.821	182.674
Resultado de equivalência patrimonial	(5.207)	(957)	(1.266)	2
Valor adicionado total a distribuir	443.909	442.573	497.068	577.707
Distribuição do valor adicionado	443.909	442.573	497.068	577.707
Pessoal	114.645	84.315	128.836	94.337
Remuneração direta	75.285	59.196	83.402	66.948
Benefícios	34.365	21.867	39.775	23.616
F.G.T.S.	4.995	3.252	5.659	3.773
Impostos e contribuições	16.153	65.183	23.384	76.391
Federais	(23.358)	21.027	(20.694)	28.246
Estaduais	39.511	43.668	43.796	47.449
Municipais	-	488	282	696
Remuneração de capitais de terceiros	293.111	199.615	243.718	246.471
Juros	170.290	84.437	131.737	40.270
Aluguéis	3.566	9.268	1.884	3.672
Outras	114.868	105.910	105.405	202.529
	4.387	-	4.692	-
Remuneração de capitais próprios	20.000	93.460	101.130	160.508
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Lucros retidos do exercício	20.000	93.460	101.130	160.508
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	81.130	67.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ações em tesouraria	Lucros/prejuízos acumulados	Patrimônio atribuível ao controlador	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	429.726	31.700	522.096	1.451	27.656	-	-	1.012.629	459.878	1.472.507
Aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	-	300.000	107.738	407.738
Gasto com emissão de ações	(10.306)	-	-	-	-	-	-	(10.306)	-	(10.306)
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	-	2.853	-	-	-	2.853	-	2.853
Ações próprias adquiridas	-	-	-	-	-	(11.842)	-	(11,842)	-	(11,842)
Adição de minoritário por venda de cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	38.657	38.657
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	93.460	93.460	67.048	160.508
Destinações:										
Constituição de reserva legal	-	4.673	-	-	-	-	(4,673)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(39,999)	(39,999)	-	(39,999)
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	48,788	-	(48,788)	-	(65,846)	(65,846)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	719.420	36.373	522.096	4.304	76.444	(11.842)	-	1.346.795	607.475	1.954.270
Aumento de capital	65.279	(9,825)	-	-	(55,454)	-	-	-	-	-
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	-	4,339	-	-	-	4,339	-	4,339
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(39,990)	-	-	(39,990)	-	(39,990)
Adição de minoritário por venda de cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	20,204	20,204
Dividendos distribuídos para não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	(72,223)	(72,223)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20,000	20,000	81,130	101,130
Destinações:										
Constituição de reserva legal	-	1,000	-	-	-	-	(1,000)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-									

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Boa Safra Sementes S.A. ("Companhia" ou "Boa Safra") tem sua sede localizada na Avenida Circular, número 209 Setor Industrial no município de Formosa, Estado de Goiás. A Boa Safra é uma Companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre o número 25.704 em 19 de abril de 2021. A Companhia é registrada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), o que caracteriza o mais alto nível de governança corporativa no mercado de capitais brasileiro e suas ações são negociadas sob a denominação "SOJA3". A Companhia foi fundada em 07 de abril de 2009 e suas operações iniciaram em 31 de outubro de 2013. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é composta por seis Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS); cinco Centros de Distribuição (CDs); e treze filiais. Além destes, a Companhia possui duas unidades de *tolling* de milho, em Uberlândia (MG).

1.1 Relação de entidades controladas

Abaixo a lista de controladas da Companhia Boa Safra Sementes S.A..

Razão Social	País	Participação acionária (%)	
		31/12/2025	31/12/2024
Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A. (a)	Brasil	66,67%	66,67%
Suno Agro Fiagro Imobiliário (b)	Brasil	0,19%	3,67%
DaSoja Sementes S.A. (c)	Brasil	45%	45%
Qualiseeds Sementes Ltda. (d)	Brasil	100%	-
Agroimpulse Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (e)	Brasil	100%	-

a) Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A. ("Bestway Seeds do Brasil")
Em 15 de setembro de 2022 a Companhia obteve o controle da Bestway Seeds do Brasil, empresa situada em Uberlândia-MG e que se dedica substancialmente a prestação de serviços e tratamento de sementes de milho. Foram adquiridos 2/3 das ações do capital votante da investida, logo a Companhia determinou que controle a Bestway Seeds do Brasil por possuir poder de fato, em razão de deter a maior parte das ações e por ser a responsável pela tomada de decisões chave da investida, sendo os demais acionistas com menos da metade do seu poder de voto.

b) Suno Agro Fiagro Imobiliário

A Companhia estruturou, em 27 de abril de 2022, o Fundo Suno Agro Fiagro Imobiliário - SNAG11 ("Fundo"). O Fundo é constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, destinado à aplicação coletiva de recursos em ativos do agronegócio, sendo classificado como fundo híbrido com alocação em recebíveis e imóveis do setor. Para sua constituição, a Companhia realizou um aporte inicial de R\$ 25.000, seguido de um novo aporte de R\$ 125.000, totalizando R\$ 150.000 em capital integralizado.

As cotas do Fundo são negociadas na B3 sob o ticker SNAG11, e a Companhia detinha 0,19% das cotas em 31 de dezembro de 2025 (3,67% em 31 de dezembro de 2024). Apesar da participação reduzida, com base nos termos contratuais que regem a operação e na composição dos ativos do Fundo, cuja performance está substancialmente vinculada às operações da Boa Safra Sementes S.A., a Administração concluiu que a Companhia influencia significativamente os retornos do Fundo.

Em razão dessa influência e considerando os critérios estabelecidos pelo CPC 36/IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia avaliou que detém poder sobre as atividades relevantes do Fundo, identificando direitos substantivos previstos em instrumentos contratuais firmados entre as partes. Assim, a Administração concluiu que o Fundo SNAG11 deve ser consolidado integralmente nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Administração está formalizando e atualizando continuamente os elementos que suportam essa conclusão, incluindo:

- análise dos acordos vigentes;
- avaliação dos fluxos de decisão e direitos de direcionamento das atividades relevantes;
- revisão das operações de troca e cessão de recebíveis que vinculam economicamente o Fundo à Companhia;
- identificação das evidências que demonstram o controle, conforme exigido pelos pilares de "poder", "exposição a retornos variáveis" e "capacidade de afetar os retornos".

c) DaSoja Sementes S.A.

Em 30 de novembro de 2023 a DaSoja Sementes S.A. - "DaSoja", empresa situada em Palmas - TO, que se dedica substancialmente a comercialização de sementes de soja, milho, sorgo, feijão, forrageiras e mix de cobertura de solo, emitiu debêntures conversíveis em ações no valor de R\$ 450 (quatrocentos e cinquenta mil reais) que foram adquiridas pela Boa Safra Sementes S.A. com a opção de serem convertidas a qualquer momento em ações da DaSoja.

Em 16 de julho de 2024, foi realizada a conversão das debêntures para instrumento patrimonial, momento em que a Companhia obteve o controle da investida. A subscrição de capital pela Boa Safra Sementes S.A. integralizada mediante conversão das debêntures pela Companhia detidas em ações o que se equivale a 45% das ações que compõem o patrimônio líquido da investida. A Companhia determinou que controle a DaSoja Sementes S.A. por ser a responsável pela tomada de decisões-chave da investida e estar envolvida nos processos diários da entidade. Este controle foi formalizado em documento assinado por ambas as partes.

d) Qualiseeds Sementes Ltda.

Em 27 de fevereiro de 2025 a Qualiseeds Sementes Ltda - "Qualiseeds", empresa situada em Faxinal-Paraná, que se dedica substancialmente a comercialização de sementes de soja teve sua abertura mediante a capital integralizado no valor de R\$ 500 sendo 100% Boa Safra Sementes S.A.

e) Agroimpulse Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado.

A Companhia constituiu, em 16 de outubro de 2025, o Agroimpulse Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Agroimpulse"), com o objetivo de obter retornos financeiros por meio da aplicação de recursos em diversas classes de ativos, incluindo títulos de renda fixa, valores mobiliários, instrumentos cambiais, derivativos e cotas de outros fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo. O fundo não possui compromisso de concentração em determinada classe específica de ativos, conforme previsto em seu regulamento. Para a constituição do Agroimpulse, a Companhia realizou aporte inicial no montante de R\$ 94.705, passando a deter 100% das cotas emitidas. Durante o exercício de 2025, foram efetuados dois resgates no valor de R\$ 40.140 e R\$ 35.240, respectivamente, sem alteração na quantidade de cotas detidas, resultando em saldo líquido de R\$ 19.325 ao final do exercício.

Considerando que a Companhia detém integralmente o capital do Fundo e exerce, de forma exclusiva, os direitos de decisão sobre a alocação dos recursos e demais atividades relevantes, a Administração concluiu que o Agroimpulse atende aos requisitos de controle previstos no CPC 36/IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas. Dessa forma, o Fundo é consolidado integralmente nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Administração monitora continuamente os ativos integrantes da carteira do Fundo, avaliando riscos de crédito, mercado e liquidez, bem como a aderência das políticas de investimento às diretrizes aprovadas. As operações do Fundo estão sujeitas às práticas de precificação e classificação estabelecidas pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis, especialmente aqueles relacionados a instrumentos financeiros e mensuração ao valor justo.

1.2 Sazonalidade

O setor do agronegócio apresenta sazonalidade, especialmente em razão dos ciclos da lavoura que dependem de condições climáticas específicas. Assim, considerando que as atividades dos produtores integrados da Companhia e, consequentemente, estão diretamente relacionadas aos ciclos das lavouras e têm natureza sazonal, as receitas da Companhia também apresentam sazonalidade. Os resultados operacionais sofrem variações significativas entre o período de plantio e colheita de cada safra, o que cria flutuações nos estoques, normalmente com picos no primeiro trimestre para cobrir as vendas na entressafra. A sazonalidade das lavouras também implica a sazonalidade do lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social, o que pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social.

1.3 Entidades coligadas

Em 5 de novembro de 2024, a Companhia constituiu a SBS Green Seed Produção e Comércio de Sementes Ltda. ("SBS"), sediada em Primavera do Leste - MT, com capital social inicial de R\$ 200, integralmente detida pela Boa Safra Sementes S.A. Com o objetivo de atuação conjunta no mercado de forrageiras e agricultura regenerativa, em janeiro de 2025, ocorreu a conversão da sociedade limitada para sociedade anônima, seguida da entrada de um novo acionista, que passou a deter 70% do capital social, no valor de R\$ 140. A Boa Safra manteve 30% de participação, equivalente a R\$ 60, com possibilidade contratual de aumentar sua participação para até 60%, por meio de debêntures conversíveis e mútuos permutáveis no montante total de R\$ 45.000, nos quais a Companhia figura como credora. As operações envolvendo debêntures conversíveis e potenciais aumentos de participação são acompanhadas pela Administração, considerando gatilhos contratuais, condições de conversão e eventuais efeitos sobre o reconhecimento contábil, incluindo possíveis impactos patrimoniais ou de resultado futuro. De acordo com a avaliação efetuada pela Administração, a SBS é tratada como coligada, sendo o investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, dada a influência significativa exercida sobre suas operações.

1.4 Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pela Lei Complementar nº 227/2026, instituiu novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, baseado em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios, em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi ainda instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A implementação ocorrerá de forma gradual no período de 2026 a 2032, durante o qual haverá convivência entre o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 disciplinou a administração do IBS, instituindo o Comitê Gestor responsável por sua arrecadação, fiscalização, compensação e distribuição das receitas, bem como estabeleceu diretrizes para aproveitamento de créditos do sistema atual.

A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e financeiros decorrentes da nova sistemática. Considerando que o período de transição terá início em 2026 e que ainda faltam regulamentações complementares, não foram identificados, até a data-base destas demonstrações financeiras, efeitos materiais decorrentes da Reforma Tributária."

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2026.

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** - provisão para perdas esperadas de crédito do contas a receber.
- **Nota Explicativa nº 10** - provisão para devolução de mercadorias e determinação do valor justo dos estoques de *commodities*.
- **Nota Explicativa nº 24** - provisão para contingências.
- **Nota Explicativa nº 25** - instrumentos financeiros: determinação do valor justo dos contratos futuros de compra e venda de *commodities*.
- **Nota Explicativa nº 26** - Exposições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(j) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das informações trimestrais condensadas em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

b. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Informações trimestrais condensadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 16** - consolidação e equivalência patrimonial em investidas: determinação de a Companhia detém ou não o controle sobre uma investida.
- **Nota Explicativa 21** - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

4.1 Reclassificação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia reclassificou para uma melhor apresentação comparativa, os valores das despesas com fretes na modalidade CIF - *Cost, Insurance and Freight*, anteriormente apresentados em custos dos produtos vendidos nos valores de: R\$ 17.309 (Controladora e Consolidado) em 31 de dezembro de 2024, para despesas de vendas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo, e os estoques de *commodities* avaliados a valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

a. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para a tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme seu modelo de gestão vigente.

b. Receita operacional líquida

Venda sementes soja e outras culturas.

A receita operacional no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle dos bens foi transferido para o comprador, e que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em fornecedores e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções nas datas de fechamento dos balanços, atualizando os valores do ativo e do passivo.

Prestitos de serviços *tolling*

O *Tolling* de beneficiamento de Sementes é o processo que consiste no recebimento, secagem, debulha, classificação, tratamento, ensaque e armazenamento das sementes. Os serviços são executados conforme demanda estipulada em contrato.

A Companhia reconhece o montante das suas receitas refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle dos produtos que oferece. Não existem programas de fidelidade. A Companhia reconhece a receita proveniente da prestação de serviços de *tolling*, após a retirada da mercadoria beneficiada.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Pagamentos baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseados em ações concedidas aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseados em ações que não contenham condições de aquisição (*nonvesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseados em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que é líquido em ações, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento.

	Opções	Opções	Opções	Ações	Opções	Opções	Opções	Opções	Ações	Total
Data Atual	31/12/25	31/12/25	31/12/25	31/12/25	31/12/25	31/12/25	31/12/25	31/12/25	31/12/25	
Data										
Outorga	31/08/25	10/04/25	26/09/24	20/06/24	18/04/24	01/09/23	01/04/23	01/09/22	01/04/23	
Data										
exercício	31/08/28	09/04/28	26/09/27	20/06/27	18/04/27	31/08/26	31/03/26	31/08/25	31/08/25	
Opções/ Opções/ Valor	657.097	455.539	455.539	149.524	228.000	366.128	68.436	317.211	50.000	2.747.474
original	2.341	1.704	1.516	2.164	995	3.407	364	1.820	565	14.876

Condições de aquisição do direito

O direito de aquisição de opções é adquirido após 3 (três) anos da data de outorga.

Despesa reconhecida no exercício

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 4.339 (R\$ 2.853 em 31 de dezembro de 2024).

Os participantes da primeira outorga já cumpriram as condições de vestibilidade e podem exercer suas opções. Os demais beneficiários do programa seguem dentro do período de carência estabelecido.

d. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Rendimentos sobre aplicação
- Variação cambial
- Descontos obtidos
- Juros sobre o passivo
- Descontos concedidos e tarifas bancárias
- Resultado com derivativos
- Ajuste a Valor Presente - AVP
- Outras despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitado a 30% do lucro tributável.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Subvenção governamental

A subvenção governamental visa a compensar a Companhia por despesas tributárias incorridas e é reconhecida no resultado do exercício em uma base sistemática no mesmo período em que tais despesas são registradas.

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "Outras Receitas" em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, trazendo assim seu efeito nulo dentro de Outras Receitas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

A Companhia reconhece as seguintes subvenções nessa sistemática:

- A Companhia participa do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUIZIR, que concede subvenção para investimento através do financiamento de 73% do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado no período, em atendimento à Resolução nº 1.535/10; e o incentivo fiscal adquirido pela Companhia finaliza em 31 de dezembro de 2040. O prazo de quitação e/ou liquidação de cada operação é de 12 (doze) meses e possui encargos de 0,2% a.m.
- Além da taxa reduzida, há a possibilidade de receber um desconto sobre o valor de financiamento, condicionado ao atingimento de certos compromissos estabelecidos e apurados mediante pontuação definida contratualmente na subvenção governamental. Com base na pontuação acumulada ao longo do período, o desconto condicional é determinado conforme as disposições contratuais. O desconto pode ser aplicado como uma redução proporcional no valor total do financiamento com a contrapartida de reconhecimento na receita operacional líquida.
- A partir de 2020, amparada pela avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia passou a reconhecer a suspensão e a redução de base de cálculo de ICMS como subvenção de investimento, nos termos da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017.

A subvenção tem a natureza de receita da Companhia, tendo sua contrapartida na rubrica "Receitas operacionais líquidas" no resultado do exercício - e facultativamente destinada a uma reserva de lucros. A subvenção é reconhecida ao longo do período, em base sistemática, quando se tem a razoável segurança de que: (a) a entidade cumpra todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção; e (b) a subvenção seja recebida.

A Companhia constitui "Reserva de incentivos fiscais" ao final de cada exercício societário em que é apurado lucro. A Companhia mantém controles paralelos para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia tem como principal foco a compra de *commodities* para produção de sementes certificadas. Adicionalmente, parte das *commodities* adquiridas que não se enquadram dentro das taxas de germinação e vigor esperados para sementes, são destinadas a comercialização com a finalidade de venda e obtenção de lucro com base nas variações dos preços e das margens.

Os estoques de produtos comercializáveis de grãos: Milho, soja, feijão são valorizados pelo seu valor justo com base em preços de mercado (*Mark to Market*) menos os custos para a venda. Os preços de referência de soja são públicos e são obtidos junto a Safras & Mercados.

i. Imobilizado

(j) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

continuação

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
 - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado estão classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) é tratada como consistente com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

q. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

r. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

s. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação no preço de *commodities*. Os derivativos são mensurados inicialmente ao valor justo, e após o reconhecimento inicial os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

t. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos com vencimento não superior a três meses, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa a atender aos compromissos de curto prazo (não investimento).

u. Capital social

As quotas representativas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

v. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Perdas por redução ao valor recuperável

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática, com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável no contas a receber, os seguintes procedimentos:

- (i) Análise da experiência histórica de perdas com clientes e segmento no qual o cliente atua.
- (ii) Cálculo do percentual histórico de perda da carteira.
- (iii) Análise das faturas vencidas por cliente por meio do *aging list*.

Em complemento a atenuação do risco de perda, a Companhia adota como prática, com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável nos adiantamentos a fornecedores, os seguintes procedimentos:

- (i) Análise da experiência histórica de perdas com adiantamento a fornecedores.
- (ii) Análise das faturas vencidas por cliente por meio do *aging list*.

Ativos financeiros

Instrumento financeiro e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- Através de informações prospectivas razoáveis e sustentáveis, a Companhia conclua que é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia sem recorrer a ações.
- Informações sobre pagamentos vencidos quando não for possível se basear em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivos.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário.
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais.
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Quando baixados os valores são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais.
- Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência/recuperação judicial.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras.
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Administração da Companhia não identificou qualquer aumento significativo em relação ao risco de crédito desde seu reconhecimento inicial, em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

w. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

x. Bases de consolidação

(j) Combinações de negócio

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto(a), ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

y. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e na remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e pelas condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e, o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

À medida que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda, conforme exigido pela atualização da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "Financiamentos e Empréstimos" no balanço patrimonial.

7. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18/CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de reversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

As alterações não resultaram em impactos significativos para a Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancários	61.526	880	80.095	2.183
Depósitos bancários em moeda estrangeira	30.763	19.068	30.763	19.068
Aplicações financeiras (i)	405.957	206.674	416.020	217.276
	498.246	226.622	526.878	238.527

(i) As aplicações financeiras da Companhia são classificadas de acordo com sua natureza, prazo de vencimento, liquidez e risco de crédito das instituições financeiras, considerando as normas contábeis vigentes. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos encontram-se aplicados majoritariamente em títulos de renda fixa pós-fixados atrelados ao CDI, títulos públicos federais e instrumentos de renda variável entre 95% e 103% do CDI, onde as instituições financeiras são classificadas de baixo risco, dividida entre Títulos de renda fixa pós-fixados, Títulos Públicos, Ações de Tesouro, Cotas de Fundos e Aplicações Cooperativas.

b. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (i)	398.782	104.715	640.006	346.712
	398.782	104.715	640.006	346.712
Circulante	227.676	96.510	468.900	338.507
Não Circulante	171.106	8.205	171.106	8.205

(i) As aplicações financeiras referem-se a aplicações com remuneração média anual atrelada, a 101,44% a.a. CDI (Certificado de Depósito Interbancário), as quais são mantidas como investimento em virtude da estratégia de fluxo de caixa da Companhia. Dentro dessa média de remuneração, consta Letras do Tesouro Nacional - LTN pré-fixado de 11,34% a.a. (11,34% a.a. em 31 de dezembro de 2024). O saldo no não circulante refere-se aos Fundos de Investimento atrelado a operação de garantia vinculadas aos contratos de empréstimos com vencimento previsto para 2033.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários estão incluídas na nota explicativa nº 25.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de venda de produtos	731.729	578.865	792.568	590.120
Contas a receber de prestação de serviços	-	-	7.511	5.757
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 32)	110.036	25.536	25.289	9.251
	841.765	604.401	825.368	605.128
Provisão para perdas esperadas	(15.782)	(4.199)	(16.360)	(4.199)
Ajuste a valor presente	(34.621)	(22.333)	(36.203)	(23.073)
Total	791.362	577.869	772.805	577.856

Perdas por redução ao valor recuperável

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável no contas a receber, utiliza um conjunto de mecanismos formais de controle do risco de crédito, incluindo: Análise cadastral e documental estruturada, análise automática e cruzamento de dados (histórico judicial, quadro societário, patrimônio e ESG social e ambiental), monitoramento contínuo e comitê de crédito, a Companhia adota como prática os seguintes procedimentos:

- (a) Análise da experiência histórica de perdas com clientes e segmento;
- (b) Análise das faturas vencidas por cliente por meio do *aging list*;
- (c) Volumes de renegociações, cancelamentos e acordos firmados;
- (d) Análise de fatores externos (setoriais, macroeconômicos e informações públicas sobre o cliente).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<i>Contas a receber a vencer</i>				
De 1 a 30 dias	11.135	18.867	11.135	17.922
De 31 a 120 dias	620.703	373.179	604.306	378.936
De 121 a 180 dias	118.638	170.875	118.638	182.130
De 181 dias a 360 dias	9.559	4.449	9.559	4.449
Acima de 360 dias	622	-	622	-
	760.657	567.370	744.260	583.437
<i>Contas a receber vencidos</i>				
De 1 a 30 dias	10.766	18.779	10.766	18.779
De 31 a 120 dias	42.462	18.085		

continuação

c. Testes de recuperabilidade de ágio

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (*impairment*) dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por ágio pela expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A. A metodologia utilizada é a de fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos, as premissas descritas abaixo:

- Receitas projetadas, deduzidas de impostos e custo da prestação de serviço de *rolling*;
 - Estimativas dos custos diretos e indiretos na prestação de serviços;
 - Gastos associados às despesas com vendas, administrativas e gerais;
 - Utilização da metodologia *Weighted Average Cost of Capital* (WACC) para desconto a valor presente dos fluxos de caixa estimados. A taxa utilizada foi de 15% em 31 de dezembro de 2025.
- O exercício da projeção abrange cinco anos, e as taxas de crescimento utilizadas foram obtidas através do desempenho histórico da investida, investimento a serem realizados na capacidade produtiva e das projeções de crescimento disponíveis para o setor.

O ágio é submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, quando há indicativos de que pode apresentar indicação de redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 o valor recuperável foi superior aos valores contábeis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados quaisquer indicadores de que os testes anuais realizados pela Companhia apresentaram redução ao valor recuperável do ágio.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores (i)	141.796	132.495	143.322	152.027
Partes relacionadas (nota explicativa 32)	3.499	174	2.951	58
Total	145.295	132.669	146.273	152.085

Ajuste a valor presente

	(7.294)	(2.097)	(8.574)	(2.098)
Total	138.001	130.572	137.699	149.987

(i) Refere-se substancialmente à aquisição de insumos para produção e grãos para o processo fabril.

Ajuste ao valor presente de fornecedores

O saldo de fornecedores da Companhia está diretamente relacionado ao ciclo de compras vinculado ao período de safra, o que resulta em prazos de pagamento mais extensos entre a contratação e a efetiva liquidação das obrigações. Em razão desses prazos alongados, os valores registrados em fornecedores são ajustados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos inerentes às condições originais das transações.

A mensuração é realizada com base em uma taxa de desconto que representa as melhores estimativas de mercado quanto ao custo de capital e aos riscos associados às obrigações. Os efeitos do ajuste a valor presente, bem como suas reversões, são reconhecidos no resultado do exercício.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de 15% ao ano em 31 de dezembro de 2025 e 12,25% ao ano em 31 de dezembro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(2.097)	(1.632)	(2.098)	(1.643)
Adição	(5.197)	(465)	(6.476)	(455)
Saldo final	(7.294)	(2.097)	(8.574)	(2.098)

19 Financiamentos e empréstimos

Esta nota apresenta as informações exigidas pelo IFRS 7 / CPC 40, CPC 48, CPC 20, CPC 26 e IAS 23, incluindo composição das dívidas, políticas contábeis, riscos financeiros, garantias e movimentações dos saldos, fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja Nota Explicativa nº 25.

a. Composição

Os financiamentos e empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média % (a.a.)	Vencimento	Controladora	
					31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro (ii)	R\$	Selic/CDI/Pré	14,00%	2026	26.185	102.069
Capital de giro (i)	USD	CDI+1.4 a.a.	19,05%	2026	422	2.917
CRA (iii)	R\$	CDI+3%	15,71%	2042	1.328.561	336.803
Recurso livre	R\$	Pré-fixado+IPCA	9,18%	2026 a 2033	289.597	308.638
Total					1.644.765	750.427
Circulante					53.129	142.464
Não circulante					1.591.636	607.963

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média % (a.a.)	Vencimento	Consolidado	
					31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro (ii)	R\$	Selic/CDI/Pré	14,00%	2026	37.551	102.452
Capital de giro (i)	USD	CDI+1.4 a.a.	19,05%	2026	422	2.917
CRA (iii)	R\$	CDI+3%	15,71%	2042	990.638	-
Recurso livre	R\$	Pré-fixado+IPCA	9,18%	2026 a 2033	289.597	308.638
Total					1.318.208	414.007
Circulante					61.572	140.956
Não circulante					1.256.636	273.051

(i) A Companhia realizou a captação de cédula de crédito bancário no montante de R\$10.000, para o qual foi realizado swap de USD para o CDI. O vencimento desta operação será em fevereiro de 2026.

(ii) Contém swap de pré para CDI no montante de R\$ 2.357 em 31 de dezembro de 2025 com vencimento em 2026.

(iii) A Companhia cedeu ao fundo de direitos creditórios (Fundo Suno Agro FII - SNAG 11) o montante de R\$ 335.000 de fluxos de caixa futuros decorrentes de contas a receber de clientes em cobertura ao saldo em aberto do Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA com datas de liberação abaixo:

CRA (*)	Data de liberação	Valor	Juros incorridos	Total
1ª Liberação	04/08/2022	125.000	1.091	126.091
2ª Liberação	29/12/2022	145.000	1.266	146.266
3ª Liberação	06/12/2023	65.000	567	65.567
Total		335.000	2.924	337.923

(*) Custos de captação incluem juros, taxas administrativas, impostos e custos indiretos como comissões bancárias, auditorias, honorários advocatícios, taxas e demais serviços com o objetivo de captar recursos, controlados em contas patrimoniais do ativo a serem amortizados em de acordo com sua taxa e prazo de amortização em sumula são oriundos do CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio - Títulos de renda fixa, emitidos pela securitizadora em nome da Boa Safra Semente, lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Os custos dessas transações, registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, totalizam R\$ 25.237 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 164 em 31 de dezembro de 2024).

b. Políticas contábeis - Mensuração e custos de empréstimos

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo líquido dos custos de transação e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado conforme CPC 48. Custos diretamente atribuíveis a ativos qualificáveis são capitalizados conforme CPC 20 / IAS 23.

c. Movimentação do saldo

A movimentação dos financiamentos é apresentada conforme quadro fornecido pelo usuário, contendo pagamentos, juros apropriados, principal amortizado e novas captações, baixo a movimentação do saldo de Financiamentos e Empréstimos:

Modalidade	Pagamentos empréstimos		Provisão de juros		Pagamentos empréstimos		Captações empréstimos	31/12/2024
	31/12/2025	31/12/2024	de juros principal	de juros principal	31/12/2025	31/12/2024		
Capital de giro	26.607	(4.405)	4.393	(128.367)	50.000	104.986		
CRA	1.328.561	(126.316)	144.300	-	973.774	336.803		
Recurso livre	289.597	(32.324)	38.042	(26.226)	1.467	308.638		
Total	1.644.765	(163.045)	186.735	(154.593)	1.025.241	750.427		

Modalidade	Pagamentos empréstimos		Provisão de juros		Pagamentos empréstimos		Captações empréstimos	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023	de juros principal	de juros principal	31/12/2024	31/12/2023		
Capital de giro	104.986	(57.762)	44.770	(1.018.500)	778.000	358.478		
CRA	336.803	(44.528)	44.643	-	-	336.688		
Recurso livre	308.638	(17.604)	23.813	(5.982)	95.092	213.319		
Total	750.427	(119.894)	113.226	(1.024.482)	873.092	908.485		

d. Obrigações contratuais (covenants)

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de Financiamentos e Empréstimos relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*), considerando a Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,5 e ≤ 4,0.

A Companhia está sujeita a cláusulas que, se não observadas, poderão acarretar vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos nas modalidades de capital de giro, CRA e recursos livres, devendo a Companhia, nesses casos, antecipar o valor principal acrescido de juros. O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia poderão ser desencadeados conforme cláusulas presentes em contratos de Financiamentos e Empréstimos existentes. Adicionalmente, o inadimplemento de obrigações assumidas por sociedades coligadas à Companhia e pelos controladores, que figuram como avalistas/garantidores de determinados contratos, também poderá acarretar o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos nas modalidades de capital de giro, CRA e recursos livres da Companhia.

e. Garantias vinculadas

As garantias incluem cessão fiduciária de recebíveis vinculados ao CRA, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, aplicações financeiras e penhor agrícola. As garantias estão associadas às modalidades de financiamento conforme IFRS 7 exige. As garantias oferecidas para financiamentos são negociadas com os próprios bens financiados em garantia, apenas em alguns casos, por conta da linha de crédito, se faz necessário também aval dos acionistas. Para Capital de Giro todas as operações são negociadas sem aval ou garantia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	57.627	104.715	57.627	346.712
Máquinas e equipamentos	157.983	94.123	280.907	94.123
Penhor de soja	68.104	38.391	38.000	38.391
Total	283.714	237.229	376.534	479.226

Modalidade	Garantia vinculada	Tipo	Valor da garantia		Observação
			31/12/2025	31/12/2024	
Recurso livre	Máquinas e equipamentos	Alienação fiduciária	338.553	-	Garantia específica do contrato
Capital de giro nacional	Penhor de soja	Real	38.000	-	Vinculada a operações agrícolas
Total			376.533		

f. Fluxo contratual e liquidez

Os fluxos contratuais futuros com juros incorporados são apresentados na Nota 25, evitando duplicação conforme IFRS 7.39.

g. Exposição a riscos financeiros

A exposição aos riscos de taxa de juros, liquidez, câmbio, risco de crédito e riscos associados a derivativos está detalhada na Nota 25 - Instrumentos Financeiros, conforme exigido pelo IFRS 7.

20 Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes	38.401	55.071	52.878	57.261
Partes relacionadas (nota explicativa 32)	1.257	2.766	90	2.766
Total	39.658	57.837	52.968	60.027

Como forma de assegurar as vendas e minimizar o risco de crédito, a Companhia possui como prática de solicitar adiantamento junto aos clientes, referente a venda de sementes de soja. Esses adiantamentos serão utilizados para a operação de 2026.

21 Passivo de arrendamento e bens de direito de uso

A Companhia possui apenas uma natureza de arrendamento, limitada a imóveis utilizados para fins administrativos e operacionais.

a. Composição do saldo de bens de direito de uso

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imóvel rural - Primavera do Leste - MT (i)	5.129	5.669	-	-
Imóvel rural - Sorriso - MT (i)	14.249	15.639	-	-
Planta industrial Uberlândia - UBS (ii)	-	-	50.826	2.623
Arrendamento área - Cereais Sul e BSA Invest. (iii)	3.293	5.894	3.293	5.894
Arrendamento Área - La Empreendimentos	229	-	229	-
Arrendamento Área - Campo Santo/TO	-	-	881	-
Imóvel Rural - Agro 100 e Campeã Agronegócios/PR	-	-	5.451	-
Total	22.900	27.202	60.680	8.517

(i) Referem-se a imóveis arrendados junto ao Fundo Suno Agro FII, controlado pela Companhia. Dessa forma, os valores de arrendamento reconhecidos na controladora são eliminados na consolidação, onde são reconhecidos pelo custo de aquisição na rubrica de Imobilizado do consolidado.

(ii) Refere-se à Unidade de Beneficiamento de Sementes - UBS arrendada pela controlada Bestway Seeds.

(iii) Refere-se ao arrendamento da unidade de beneficiamento de Sementes - UBS de Formosa/GO arrendada pela controladora.

A Companhia utilizou a taxa de desconto de 13,65% para os arrendamentos de Primavera do Leste, Sorriso, Cereais Sul e BSA Investimentos. Para o contrato com a La Empreendimentos a taxa de desconto é de 14,25%.

b. Movimentação do saldo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	29.037	32.266	15.009	18.960
(+) Novos arrendamentos/atualização de contrato	1.733	1.027	62.551	-
(-) Pagamento realizados	(8.864)	(8.241)	(10.823)	(5.583)
(+) Juros reconhecidos	3.566	3.985	2.731	1.632
Saldo final	25.472	29.037	69.468	15.009
Circulante	6.092	7.776	15.201	5.811
Não Circulante	19.380	21.261	54.267	9.198

Bens de direito de uso (ativo)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	27.202	31.930	8.517	14.904
(+) Novos arrendamentos	382	-	62.114	-
(+) Atualização de contrato	1.351	1.027	1.772	-
(-) Depreciação	(6.035)	(5.755)	(11.723)	(6.387)
Saldo final	22.900	27.202	60.680	8.517

c. Taxas de Desconto

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para o pagamento:

Fluxo de Caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	23.320	17.018
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(2.157)	(1.574)

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/INº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Passivo de arrendamento	29.918	23.201	18.645	15.273	11.441	7.086	2.137
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	30.718	23.198	18.609	15.244	11.419	7.072	2.132
Fluxo com projeção de inflação	3%	0%	-0%	0%	0%	0%	0%
Variação	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso líquido - saldo final	15.996	12.972	9.069	6.290	3.510	44	18.550
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	18.591	15.440	12.549	9.658	6.767	459	-
Fluxo com projeção de inflação	16%	19%	38%	54%	93%	3%	-100%
Variação	-	-	-	-	-	-	-
Despesa financeira	3.593	2.787	2.239	1.834	1.374	851	257
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	4.393	2.784	2.203	1.805	1.352	837	252
Fluxo com projeção de inflação	22%	0%	-2%	-2%	-2%	-2%	-2%
Variação	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação	7.085	3.024	2.779				

Continuação		Valor contábil				Valor Justo				Exposição ao risco de crédito	
Consolidado		2025		2024		2025		2024		O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:	
Instrumento financeiro	Classificação	Nível	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Ativo financeiro											
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	526.878	238.527	-	-	-	-	-	-	
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	-	640.006	346.712	-	-	-	-	-	-	
Contas a receber de cliente	Custo amortizado	-	772.805	577.856	-	-	-	-	-	-	
Adiantamento a fornecedores (i)	Custo amortizado	-	59.251	72.635	-	-	-	-	-	-	
Operações com corretoras	Valor justo por meio do resultado	II	2.719	13.602	2.719	13.602	-	-	-	-	
Swap de taxa de juros	Valor justo por meio do resultado	II	16.355	-	16.355	-	-	-	-	-	
Outros créditos	Custo amortizado	-	1.629	3.075	-	-	-	-	-	-	
			2.019.643	1.252.407	19.074	13.602					
Controladora											
Passivo financeiro											
Fornecedores	Outros passivos financeiros	-	138.001	141.935	-	-	-	-	-	-	
Dividendos a pagar	Outros passivos	-	-	29.037	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos (Operação com corretoras)	Valor justo por meio do resultado	-	-	2.196	-	2.196	-	-	-	-	
Passivo de arrendamento	Outros passivos	-	25.472	-	-	-	-	-	-	-	
Financiamentos e empréstimos	Outros passivos financeiros	II	1.644.765	750.427	1.632.498	1.090.615	-	-	-	-	
			1.808.238	923.595	1.632.498	1.092.811					
Consolidado											
Passivo financeiro											
Fornecedores	Outros passivos financeiros	-	137.699	161.541	-	-	-	-	-	-	
Dividendos a pagar	Outros passivos	-	7.896	12.734	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos (Operação com corretoras)	Valor justo por meio do resultado	-	-	2.196	-	2.196	-	-	-	-	
Passivo de arrendamento	Outros passivos	-	69.468	15.009	-	-	-	-	-	-	
Financiamentos e empréstimos	Outros passivos financeiros	II	1.318.208	414.007	972.015	735.812	-	-	-	-	
			1.533.271	605.487	972.015	738.008					
(i) Composto por adiantamento de mercado interno - royalties, mercado interno - partes relacionadas e mercado interno - outros, conforme nota explicativa 11.											
Destaque e justificativas											
<ul style="list-style-type: none"> A principal diferença relevante entre valor contábil e valor justo refere-se a empréstimos e financiamentos, cujo valor justo é calculado pelo desconto dos fluxos contratuais às curvas de juros observáveis (Nível 2); Derivativos (ativos e passivos) são mensurados a valor justo com base em preços e curvas observáveis (Nível 2); e Para itens ao custo amortizado de curto prazo (ex.: caixa, contas a receber, fornecedores), o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o prazo e condições. 											
b. Hierarquia e metodologia de valor justo											
A Companhia aplica a hierarquia do CPC 46/IFRS 13 na mensuração a valor justo:											
<ul style="list-style-type: none"> Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos/passivos idênticos. Nível 2: inputs observáveis, direta ou indiretamente (curvas de juros, cotações de bolsas para contratos futuros, spreads observáveis, etc.). Nível 3: inputs não observáveis (premissas internas). 											
Metodologias e premissas principais											
Derivativos de commodities (futuros de soja): preços de ajuste/curvas observáveis de bolsa com ajustes de margem (Nível 2).											
Swaps de taxa de juros: valor presente de fluxos futuros com curvas DI/Selic e spreads contratados (Nível 2).											
Empréstimos e financiamentos (valor justo para divulgação): desconto de fluxos contratuais por curvas de juros compatíveis com prazo, moeda e risco (Nível 2).											
Contas a receber, caixa, fornecedores, arrendamentos: devido à curta duração e/ou taxas de mercado, o valor contábil = valor justo.											
Não há instrumentos classificados no Nível 3 na data-base.											
Não houve mudanças nas técnicas de mensuração ou transferências relevantes entre níveis durante o período.											
Os saldos das contas a receber, títulos e valores mobiliários, adiantamento de fornecedores, outros créditos, fornecedores dividendos a pagar e passivo de arrendamento, menos a perda (impairment), se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.											
A Companhia aplica a análise para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:											
<ul style="list-style-type: none"> Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). 											
Em 31 de dezembro de 2025, todos os derivativos da Companhia estão classificados no Nível 2. Os empréstimos e financiamentos podem apresentar diferença relevante entre valor contábil e valor justo, pois o valor justo é obtido pelo fluxo de caixa descontado a taxas de mercado compatíveis com prazos e risco. O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia aproximam-se de seu custo, com exceção dos empréstimos e financiamentos, os quais tinham como valor justo o montante de R\$ 1.632.498 em 31 de dezembro de 2025 na controladora e R\$ 972.015 no consolidado (R\$ 1.090.615 na Controladora e R\$ 735.812 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).											
c. Gerenciamento de riscos financeiros											
A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo taxa de juros, câmbio e preço de commodities). As políticas são aprovadas pela Administração, com reporte periódico à Diretoria, onde a exposição se sujeita aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:											
<ul style="list-style-type: none"> Risco de crédito; Risco de liquidez; e Risco de mercado. 											
(i) Governança e processos											
<ul style="list-style-type: none"> Responsabilidade: Diretoria e, quando aplicável, Comitê Financeiro; Segregação: <i>front/middle/back office</i>; Controles: políticas, limites, conciliações independentes, validação de preço (<i>mark-to-market</i>), controles de margem/garantias, auditoria interna; Revisão: periódica, à luz de mudanças de mercado e atividades. 											
Os diretores da Companhia são responsáveis pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.											
As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.											
(ii) Risco de crédito											
Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.											
A Companhia mantém aplicações financeiras exclusivamente em: (i) bancos comerciais e múltiplos de grande porte; (ii) fundos de investimento de renda fixa / DI com liquidez diária; (iii) títulos públicos federais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. As perdas de crédito estimadas sobre os ativos financeiros reconhecidas no resultado foram evidenciadas na Nota Explicativa nº 9.											
Contas a receber e outros recebíveis											
A Companhia tem atualmente recebíveis na venda de produtos e prestação de serviços.											
O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito, acompanhamento permanente do seu saldo devedor, obtenção de garantias e apólice de seguro para carteira de crédito. Historicamente, a Companhia não sofreu nenhum inadimplemento relevante de nossos clientes e, portanto, o seguro de crédito nunca foi acionado.											
Adiantamento a fornecedores											
O risco de crédito de adiantamento a fornecedores advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de adiantamentos realizados. Para atenuar esse risco, a Companhia tem como prática o acompanhamento detalhado dos prazos e vencimentos dessas transações, tendo como prazo médio histórico de recebimento de 180 dias, constituindo provisão de perdas para os valores vencidos acima deste prazo.											
Caixa e equivalentes de caixa											
O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.											
A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentem rating "AA" ou superior avaliados por instituições de referência, tais como S&P Global Ratings, Fitch Ratings e Moody's Investors Service. Condições de mercado em relação a taxas, prazos e volume de exposição junto a cada instituição para que não haja concentração excessiva de recursos em um único banco também são avaliadas no momento da aplicação de recursos.											
Contratos futuros											
A Companhia, com o intuito de mitigar o risco de crédito para os contratos futuros realizados com produtores rurais, realiza uma seleção criteriosa de seus produtores considerando quesitos como histórico de pontualidade das entregas das matérias-primas, tempo de relacionamento comercial com o produtor e previsão da colheita. A Companhia também realiza o acompanhamento da lavoura desde o seu plantio até a colheita por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas da Companhia. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em virtude da diversificação da carteira de produtores e dos procedimentos que monitoram esse risco.											
Instrumentos financeiros											
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:											
Controladora											
Consolidado											
Exposição em 31/12/2025											
Index											
Valor											
Provatável (+15%)											
Valor											
Provatável (-15%)											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											
Valor											
Provatável II											
Valor											
Provatável III											
Valor											
Provatável I											

continuação

(v) Refere-se à operação de cessão de fluxos de caixa de recebíveis pela venda de produtos para entrega futura ao Fundo Suno Agro FII - SNAG 11 - Fiagro Imobiliário, ocorridos de dezembro de 2023 a dezembro de 2025. A operação prevê a cobrança de juros de 3% acrescido do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

(vi) Refere-se ao arrendamento entre a Companhia e as empresas dos acionistas, BSA Investimentos e Cereais Sul Indústria e Comércio de Cereais Ltda. (ambas de controle dos acionistas controladores da Companhia), sendo imóveis referentes às instalações administrativas e unidades industriais. A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica. Ambas as empresas possuem uma Sra. Camila Colpo como controladora em comum.

(vii) Trata-se de transação em condições normais de mercado de venda de sementes de soja.

(viii) Adiantamento para prestação de serviço de tolling com beneficiamento de sorgo para a Companhia.

(ix) Refere-se ao valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 pelo aluguel de sala comercial ao sócio Rogério Salamandac.

(x) Trata-se de transação em condições normais de mercado de compra de sementes de soja.

(xi) Valor refere-se aos dividendos recebidos equivalentes ao investimento no Fundo Suno Agro FII - SNAG 11.

(xii) Antecipação de dividendos ao sócio da DaSoja Sementes, Rogério Salamandac.

(xiii) Adiantamento e fornecimento para produção de forragérias em condições específicas definidas entre as partes.

(xiv) Adiantamento referente a prestação de serviço de full tolling de milho.

(xv) Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio aos seus acionistas ocorridos em dezembro de 2025.

(xvi) A equivalência patrimonial referente ao prejuízo que as investidas e independentes apresentaram no exercício fez com que o investimento no ativo zerasse e criou-se uma obrigação no passivo com as investidas.

Transações que afetaram o resultado

As transações de compras significativas que influenciaram os resultados foram as seguintes:

Receita	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
AAX Produção e Comercio de Sementes	-	-	-	-
One Seeds Agronegócios Ltda	5.399	-	5.399	-
Dasoja Sementes S.A	140.062	111.197	-	5.250
Serra Bonita Sementes	3.942	5.250	3.942	5.609
Agropecuária Gado Bravo Ltda. (outras partes relacionadas)	5.744	5.609	5.744	-
Bestway Seeds do Brasil	905	-	-	-

Receita	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
SBS Green Seeds Prod. Com Semente	23.381	-	-	-
Qualiseed Sementes Ltda	70.034	-	-	-
Humberto Pimenta Martins	-	19	-	19
Marino Stefani Colpo	-	70	-	70
Cereais Sul Indústria e Comércio (outras partes relacionadas)	1.155	6.828	1.155	6.828
Total	250.623	128.973	16.241	17.776
Custos	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
AAX Produção e Comercio de Sementes	(303)	-	(303)	-
One Seeds Agronegócios Ltda	(1.552)	-	(1.552)	-
DaSoja Sementes S.A	(73.472)	(47.047)	-	-
Agropecuária Gado Bravo Ltda.	(2.325)	(4.177)	(2.325)	(4.177)
Serra Bonita Sementes	(4.160)	(3.422)	(4.160)	(3.422)
Bestway Seeds do Brasil	(915)	-	-	-
Marino Stefani Colpo	-	(11)	-	(11)
Humberto Pimenta Martins	-	(7)	-	(7)
SBS Green Seeds Prod. Com Semente	(13.769)	-	-	-
Qualiseed Sementes Ltda	(28.806)	-	-	-
Cereais Sul Indústria e Comércio	(1.401)	(5.416)	(1.401)	(5.416)
Total	(126.703)	(60.080)	(9.741)	(13.033)

(*) Refere-se a operações em condições acordadas entre as partes de venda de semente de soja e outras culturas dentro da operação da empresa.

Receita Financeira

Receita Financeira	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
DaSoja Sementes S.A (*)	9.568	-	-	-
Total	9.568	-	-	-

(*) Refere-se a desconto concedidos baseado no IFRS 9 - Instrumentos financeiro.

33 Compromissos futuros

A Companhia possui diversos acordos no mercado de sementes de soja, milho, feijão e demais cultivares que a Companhia apresenta em seu catálogo.

Contratos de venda futura	31/12/2025	31/12/2024
	734.973	962.438

34 Transações que não envolvem caixa

As seguintes transações não envolveram caixa ou equivalentes de caixa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
			Controladora	Consolidado
Contas a receber/Adiantamento de Clientes (i)	99.346	30.269	99.346	30.269
Fornecedores/Adiantamento a Fornecedores (ii)	11.541	12.947	11.541	12.947
Imobilizado (iv)	-	1.630	-	1.630
Direito de Uso/Arrendamento (iii)	382	1.027	54.459	-
Provisão de Juros sobre capital próprio / Reserva de Lucros (v)	-	19.999	-	19.999
Titulos e valores mobiliários / Investimentos (vi)	-	1.836	-	-
Total	111.269	67.708	165.346	64.845

(i) Encontro de contas entre adiantamento a clientes e contas a receber.

(ii) Encontro de contas entre adiantamento a fornecedores e fornecedores.

(iii) Adição de arrendamento mercantil pelo ativo de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento referentes a novos arrendamentos.

(iv) Venda de imobilizado, no qual não houve recebimento monetário. O recebimento foi realizado com base na troca por outro imobilizado.

(v) Provisão de juros sobre capital próprio a pagar com reflexo na reserva de lucros e obrigações tributárias referente a retenção do imposto de renda.

(vi) Valor referente à conversão das debentures emitidas pela DaSoja Sementes S.A.

Diretoria	
Marino Stefani Colpo	Diretor Presidente
Felipe Marques	Diretor Financeiro
Patricia Regina Baceti	Diretora Administrativo e Controladoria

Contador	
Ademir Gomes Lima - CRC MG-090001/O-1	

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê de Auditoria) da Boa Safra Sementes S.A. ("Companhia"), foi aprovado e reconduzido pela Reunião do Conselho de Administração ("RCA") em 20 de outubro de 2022.

Durante do ano de 2025, o comitê de Auditoria foi composto pelos Srs. Carlos Emilio Bartiotti, membro independente do Conselho de Administração (Coordenador), Jhonny Fernandes de Sousa e Valmir Pedro Rossi, ambos externos e independentes conforme a regra estabelecida no Estatuto Social da Companhia, todos com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

De acordo com o seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, previsto no Estatuto Social da Companhia, tendo como principais atribuições:

I. Opinar sobre a contratação ou destituição de auditoria independente;

II. Supervisionar as atividades da auditoria independente;

III. Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

IV. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

V. Avaliar e monitorar os riscos da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;

VI. Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas;

VII. Receber e tratar as informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamento e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

VIII. Aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

Durante o ano de 2025, o Comitê de Auditoria reuniu-se por 7 vezes, registrando-se a presença da totalidade dos membros em todas as reuniões. Em 23 de março de 2026, o Comitê de Auditoria apreciou e recomendou a aprovação pelo Conselho de Administração das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, auditadas pela KPMG Auditores Independentes LTDA.

Cumprir destacar que visando cumprir com o adequado gerenciamento das informações financeiras e dos controles internos da Companhia, houve a participação da área de controladoria em todas as reuniões realizadas.

Nas demais três reuniões realizadas ao longo do período, foram conduzidos alinhamentos sobre o andamento dos trabalhos, acompanhamento dos principais números e indicadores da Companhia, bem como discussões voltadas à melhoria contínua dos processos e controles internos. Tais encontros tiveram caráter técnico-operacional, com o objetivo de assegurar consistência, transparência e evolução na qualidade das informações reportadas.

Conclusão

O Comitê de Auditoria Estatutário da Boa Safra Sementes S.A., neste terceiro ano de atuação, teve a oportunidade de avaliar as diversas Políticas da Companhia, revisar as demonstrações financeiras, reunir-se com os auditores independentes e realizar recomendações de melhoria, especialmente relacionado à Auditoria Interna e às atividades de controles internos.

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Boa Safra Sementes S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes LTDA., os membros do Comitê de Auditoria manifestaram estarem de acordo, por unanimidade, com as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, e recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Formosa, 24 de março de 2026.

Carlos Emilio Bartiotti

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Conselho de Administração

Jhonny Fernandes de Sousa

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Valmir Pedro Rossi

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e declarações - Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Boa Safra Sementes S.A., sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 10.807.374/0001-77, com sede e foro na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na Av. Circular nº 209, Setor Industrial, CEP 73.813-170 ("Companhia"), declaram, nos termos do art. 29, §1º, inciso II, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que, juntamente com os demais diretores da Companhia:

(a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e

(b) reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2025.

Formosa - GO

24 de março de 2026.

Marino Stefani Colpo

Diretor Presidente.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e aos diretores da Boa Safra Sementes S.A. Brasília-DF

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Boa Safra Sementes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, segundo nosso julgamento profissional, foram os mais relevantes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, contribuindo para a formação de nossa opinião. Não emitimos opinião separada sobre tais assuntos.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos
Veja a notas explicativa nº 25 e nº 6.o. das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria
Como parte da operação de compra e venda de commodities, a Companhia mantém contratos de compra e venda futura, os quais são mensurados pelo valor justo conforme o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo dos contratos futuros são estimados com base em dados observáveis, preços cotados em bolsa, ajustados para diferenças nos mercados locais, como localização de partida dos grãos, quantidade, período de entrega futura, local de entrega e qualidade ou grau da mercadoria. Em alguns casos, os dados não são observáveis porque são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado. Em razão das incertezas e complexidades na determinação das premissas utilizadas na estimativa do valor justo dos contratos de compra e venda de commodities, e do impacto que eventuais alterações poderiam trazer para o valor justo desses contratos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto
Nossos procedimentos incluíram, entre outros:
- Inspeção, em base amostral, dos contratos estabelecidos com o objetivo de obter evidência sobre as premissas relevantes utilizadas no cálculo do valor justo.
- Recálculo, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, do valor justo para a totalidade dos contratos a termo que a Companhia mantém em seus controles.
- Avaliação da adequação da classificação e contabilização em relação aos requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável. - Avaliação da adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- Entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de valorização dos instrumentos financeiros derivativos.
Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de valorização dos instrumentos financeiros derivativos, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e ampliamos a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo dos contratos, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro 2025.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Fernando Rogério Liani
Contador - CRC 1SP229193/O-2

Cláudio Castro diz que saiu do governo do Rio "de cabeça erguida"

Douglas Corrêa Agência Brasil

O governador Cláudio Castro (PL) renunciou ao

comando do Executivo fluminense. Ele pretende concorrer como pré-candidato a uma vaga ao Senado pelo Rio de Janeiro.

Ele se despediu do governo fluminense em cerimônia nessa segunda-feira (23) que teve a presença de aliados, no Palácio Gua-

bara, sede do governo estadual. "Encerro meu tempo à frente do governo do Estado de cabeça erguida e de

forma grata." Ele foi reeleito no primeiro turno das eleições de 2022, com 4,9 milhões de votos.

BOA SAFRA DIGITAL pdf

Código do documento e514456a-c58c-4e27-87f5-9db7a7f64d74



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

25 Mar 2026, 08:54:37

Documento e514456a-c58c-4e27-87f5-9db7a7f64d74 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-25T08:54:37-03:00

25 Mar 2026, 08:55:15

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-25T08:55:15-03:00

25 Mar 2026, 08:55:44

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 177.223.32.202 (177-223-32-202.linqtelecom.com.br porta: 8086) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2026-03-25T08:55:44-03:00

Hash do documento original

(SHA256):23b907ff475dac0e1597db1d0a39332dcd6fc30b764de8b378abaf32a53a49e4
(SHA512):12883c1118c2a989eebf9d19f70008aae07b45c093478f58f25a90241665b13f8de35a162c8d84539cfba2fb1fb024a9693aab8abb017c1c58666145e37b138

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.